

# Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

1º

Semestre  
2020

(Esta página foi deixada em branco propositalmente)

**Balço Patrimonial do Conglomerado Prudencial em 30 de Junho – Em Reais mil**

	Nota	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Ativo</b>			
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>4</b>	<b>161.293.513</b>	<b>61.399.815</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>975.055.726</b>	<b>928.160.002</b>
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	15.739.630	15.553.620
- Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	6	80.994.656	90.622.338
- Títulos e valores mobiliários	7	315.725.905	318.183.969
- Instrumentos financeiros derivativos	8	26.420.948	14.340.061
- Operações de crédito	9	421.558.639	376.438.407
- Outros Instrumentos financeiros	10	114.615.948	113.021.607
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>10</b>	<b>2.982.918</b>	<b>2.857.515</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>		<b>(43.087.636)</b>	<b>(36.663.729)</b>
- Operações de crédito		(40.596.242)	(33.440.297)
- Operações de arrendamento mercantil		(107.870)	(160.382)
- Outros créditos		(2.383.524)	(3.063.050)
<b>Créditos Tributários</b>	<b>35</b>	<b>86.268.031</b>	<b>65.063.304</b>
<b>Investimentos em controladas/coligadas e entidades controladas em conjunto</b>	<b>11</b>	<b>54.526.897</b>	<b>61.625.235</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>12</b>	<b>11.530.612</b>	<b>11.219.655</b>
<b>Intangível</b>	<b>13</b>	<b>29.423.240</b>	<b>29.056.303</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>		<b>(26.097.285)</b>	<b>(24.236.605)</b>
- Imobilizado de Uso	12	(6.373.545)	(5.860.618)
- Intangível	13	(19.723.740)	(18.375.987)
<b>Outros Ativos</b>	<b>14</b>	<b>32.550.356</b>	<b>32.900.877</b>
<b>Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos</b>		<b>(2.622.295)</b>	<b>(2.688.279)</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.281.824.077</b>	<b>1.128.694.093</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

**Balço Patrimonial do Conglomerado Prudencial em 30 de Junho – Em Reais mil**

	Nota	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Passivo</b>			
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>1.087.963.430</b>	<b>937.843.594</b>
- Recursos de instituições financeiras	15	277.057.526	256.655.914
- Recursos de clientes	16	493.459.838	369.758.747
- Recursos de emissão de títulos	17	170.645.103	186.297.851
- Dívidas subordinadas	18	53.548.869	49.318.062
- Instrumentos financeiros derivativos	8	21.456.169	14.104.410
- Outros passivos financeiros	19	71.795.925	61.708.610
<b>Provisões</b>	<b>20</b>	<b>30.243.664</b>	<b>31.378.452</b>
- Outras provisões		30.243.664	31.378.452
<b>Impostos Diferidos</b>	<b>35</b>	<b>4.494.003</b>	<b>4.618.629</b>
<b>Outros Passivos</b>	<b>22</b>	<b>23.928.127</b>	<b>21.067.730</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.146.629.224</b>	<b>994.908.405</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>23</b>		
Capital Social		79.100.000	75.100.000
Ações em Tesouraria		(440.514)	(440.514)
Reservas de Capital		11.441	11.441
Reservas de Lucros		52.985.796	52.407.209
Outros Resultados Abrangentes		3.476.929	6.645.085
<b>Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores</b>		<b>135.133.652</b>	<b>133.723.221</b>
<b>Participação de Acionistas não Controladores</b>	<b>24</b>	<b>61.201</b>	<b>62.467</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>135.194.853</b>	<b>133.785.688</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.281.824.077</b>	<b>1.128.694.093</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

**Demonstração do Resultado do Conglomerado Prudencial Acumulado em 30 de Junho – Em Reais mil**

	Nota	2020	2019
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>38.547.089</b>	<b>56.234.860</b>
- Operações de Crédito		37.359.319	37.005.903
- Operações de Arrendamento Mercantil		87.554	122.110
- Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		16.053.455	15.351.822
- Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(19.951.597)	(162.095)
- Resultado de Operações de Câmbio	10	4.493.107	1.396.237
- Resultado das Aplicações Compulsórias	7	1.278.272	2.282.183
- Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(773.021)	238.700
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(48.741.796)</b>	<b>(21.973.132)</b>
- Operações de Captações no Mercado	19	(16.166.951)	(20.356.870)
- Operações de Empréstimos e Repasses	15	(32.574.845)	(1.616.262)
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b>		<b>(10.194.707)</b>	<b>34.261.728</b>
<b>Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>		<b>(15.549.313)</b>	<b>(10.577.361)</b>
- Operações de crédito		(15.728.614)	(9.990.305)
- Operações de arrendamento mercantil		47.709	(22.047)
- Outros créditos		131.592	(565.009)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>(25.744.020)</b>	<b>23.684.367</b>
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>		<b>14.281.233</b>	<b>(10.205.596)</b>
- Receitas de Prestação de Serviços	25	8.819.426	9.043.177
- Rendas de Tarifas Bancárias	25	4.070.835	4.012.306
- Despesas de Pessoal	26	(8.685.451)	(8.768.745)
- Outras Despesas Administrativas	27	(10.519.421)	(10.727.298)
- Despesas Tributárias	28	(1.773.647)	(2.745.346)
- Resultado de Participações em Controladas/Coligadas e de Controle Compartilhado	11	26.625.312	3.846.660
- Outras Receitas Operacionais	29	2.672.100	3.026.605
- Outras Despesas Operacionais	30	(6.212.668)	(6.687.022)
- Reversões/(Despesas) de Provisões		(715.253)	(1.205.933)
- Trabalhistas		(289.676)	(673.715)
- Fiscais		(7.262)	232.123
- Cíveis		(75.163)	(671.260)
- Outras		(343.152)	(93.081)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(11.462.787)</b>	<b>13.478.771</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	31	<b>(33.718)</b>	<b>(301.093)</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>(11.496.505)</b>	<b>13.177.678</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	35	18.392.255	(1.307.750)
Participação Minoritária nas Controladas		(7.609)	(7.407)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>6.888.141</b>	<b>11.862.521</b>
<b>Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas:</b>			
Controladores		6.888.141	11.862.521
Não controladores		7.609	7.407
<b>Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):</b>			
- Lucro por ação ordinária		0,73	1,27
- Lucro por ação preferencial		0,80	1,40

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

**Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado em 30 de Junho – Em Reais mil**

	2020	2019
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>6.888.141</b>	<b>11.862.521</b>
Participação de acionistas não controladores	7.609	7.407
<b>Lucro líquido do período atribuível aos acionistas</b>	<b>6.895.750</b>	<b>11.869.928</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado</b>	<b>(3.166.188)</b>	<b>4.793.061</b>
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(2.830.760)	4.731.548
- Próprios	(2.019.100)	2.379.196
- De controladas, coligadas e controladas em conjunto	(811.660)	2.352.352
Hedge de fluxo de caixa	(318.513)	58.755
Hedge de investimento no exterior	(134.780)	(9.469)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	117.865	12.227
<b>Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado</b>	<b>(1.968)</b>	<b>-</b>
Avaliação atuarial	(1.968)	-
<b>Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido</b>	<b>(3.168.156)</b>	<b>4.793.061</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>3.727.594</b>	<b>16.662.989</b>
<b>Atribuível aos acionistas:</b>		
Controladores	3.719.985	16.655.582
Não controladores	7.609	7.407

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial – Em Reais mil**

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
		Agio por Subscrição de Ações	Legal	Estatutária				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>67.100.000</b>	<b>11.441</b>	<b>8.494.263</b>	<b>45.194.107</b>	<b>761.572</b>	<b>(440.514)</b>	<b>-</b>	<b>121.120.869</b>
Aumento de Capital Social com Reservas	8.000.000	-	-	(8.000.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	4.793.061	-	-	4.793.061
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	11.862.521	11.862.521
Destinações:								
- Reservas	-	-	593.126	7.129.420	-	-	(7.722.546)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(3.934.104)	(3.934.104)
- Dividendos Provisionados	-	-	-	-	-	-	(205.871)	(205.871)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>75.100.000</b>	<b>11.441</b>	<b>9.087.389</b>	<b>44.323.527</b>	<b>5.554.633</b>	<b>(440.514)</b>	<b>-</b>	<b>133.636.476</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>75.100.000</b>	<b>11.441</b>	<b>9.623.394</b>	<b>42.783.815</b>	<b>6.645.085</b>	<b>(440.514)</b>	<b>-</b>	<b>133.723.221</b>
Aumento de Capital Social com Reservas	4.000.000	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(3.168.156)	-	-	(3.168.156)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	6.888.141	6.888.141
Destinações:								
- Reservas	-	-	344.407	4.234.180	-	-	(4.578.587)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(2.309.554)	(2.309.554)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>79.100.000</b>	<b>11.441</b>	<b>9.967.801</b>	<b>43.017.995</b>	<b>3.476.929</b>	<b>(440.514)</b>	<b>-</b>	<b>135.133.652</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

**Demonstração do Valor Adicionado do Conglomerado Prudencial Acumulado em 30 de Junho – Em Reais mil**

Descrição	2020	%	2019	%
<b>1 – Receitas</b>	<b>31.598.498</b>	<b>14.617,8</b>	<b>53.545.539</b>	<b>206,5</b>
<b>1.1) Intermediação Financeira</b>	<b>38.547.089</b>	<b>17.832,3</b>	<b>56.234.860</b>	<b>216,9</b>
<b>1.2) Prestação de Serviços</b>	<b>12.890.261</b>	<b>5.963,2</b>	<b>13.055.483</b>	<b>50,4</b>
<b>1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(15.549.313)</b>	<b>(7.193,3)</b>	<b>(10.577.361)</b>	<b>(40,8)</b>
<b>1.4) Outras</b>	<b>(4.289.539)</b>	<b>(1.984,4)</b>	<b>(5.167.443)</b>	<b>(19,9)</b>
<b>2 – Despesas de Intermediação Financeira</b>	<b>(48.741.796)</b>	<b>(22.548,5)</b>	<b>(21.973.132)</b>	<b>(84,8)</b>
<b>3 – Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(6.856.668)</b>	<b>(3.172,0)</b>	<b>(7.112.198)</b>	<b>(27,4)</b>
Serviços de Terceiros	(2.055.938)	(951,1)	(2.055.967)	(7,9)
Processamento de Dados	(1.113.812)	(515,3)	(1.176.831)	(4,5)
Comunicação	(640.639)	(296,4)	(723.429)	(2,8)
Manutenção e Conservação de Bens	(603.414)	(279,1)	(553.131)	(2,1)
Serviços do Sistema Financeiro	(503.549)	(232,9)	(515.244)	(2,0)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(405.973)	(187,8)	(439.254)	(1,7)
Segurança e Vigilância	(370.826)	(171,5)	(368.912)	(1,4)
Transporte	(333.260)	(154,2)	(368.062)	(1,4)
Materiais, Água, Energia e Gás	(264.949)	(122,6)	(305.891)	(1,2)
Viagens	(47.229)	(21,8)	(98.694)	(0,4)
Outras	(517.079)	(239,2)	(506.783)	(2,0)
<b>4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)</b>	<b>(23.999.966)</b>	<b>(11.102,7)</b>	<b>24.460.209</b>	<b>94,3</b>
<b>5 – Depreciação e Amortização</b>	<b>(2.409.182)</b>	<b>(1.114,5)</b>	<b>(2.381.088)</b>	<b>(9,2)</b>
<b>6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)</b>	<b>(26.409.148)</b>	<b>(12.217,2)</b>	<b>22.079.121</b>	<b>85,2</b>
<b>7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>26.625.312</b>	<b>12.317,2</b>	<b>3.846.660</b>	<b>14,8</b>
Resultado de Participações em Controladas/Coligadas e de Controle Compartilhado	26.625.312	12.317,2	3.846.660	14,8
<b>8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)</b>	<b>216.164</b>	<b>100,0</b>	<b>25.925.781</b>	<b>100,0</b>
<b>9 – Distribuir Valor Adicionado</b>	<b>216.164</b>	<b>100,0</b>	<b>25.925.781</b>	<b>100,0</b>
<b>9.1) Pessoal</b>	<b>7.573.904</b>	<b>3.503,8</b>	<b>7.694.761</b>	<b>29,7</b>
Proventos	4.382.768	2.027,5	4.293.301	16,6
Benefícios	2.120.998	981,2	2.121.190	8,2
FGTS	387.171	179,1	373.645	1,4
Outros	682.967	315,9	906.625	3,5
<b>9.2) Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(15.507.061)</b>	<b>(7.173,7)</b>	<b>5.127.080</b>	<b>19,8</b>
Federais	(16.130.078)	(7.462,0)	4.417.984	17,0
Estaduais	242	0,1	5.097	-
Municipais	622.775	288,1	703.999	2,7
<b>9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.253.571</b>	<b>579,9</b>	<b>1.234.012</b>	<b>4,8</b>
Aluguéis	869.327	402,2	842.711	3,3
Arrendamento de Bens	384.244	177,8	391.301	1,5
<b>9.4) Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>6.895.750</b>	<b>3.190,1</b>	<b>11.869.928</b>	<b>45,8</b>
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	2.309.554	1.068,4	4.139.975	16,0
Lucros Retidos	4.578.587	2.118,1	7.722.546	29,8
Participação dos Minoritários nos Lucros Retidos	7.609	3,5	7.407	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



**Demonstração dos Fluxos de Caixa do Conglomerado Prudencial Acumulado em 30 de Junho – Em Reais mil**

	2020	2019
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(11.496.505)</b>	<b>13.177.678</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>(14.199.832)</b>	<b>9.267.252</b>
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.903.871)	(288.617)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.549.313	10.577.361
Depreciação e Amortização	2.409.182	2.381.088
(Reversão)/ Constituição de Perdas por Impairment de Ativos	59.502	85.873
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.274.174	1.881.097
Resultado de Participações em Controladas/Coligadas e de Controle Compartilhado	(26.625.312)	(3.846.660)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	14.021	(2.598)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	25.909	151.711
Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior/Outros	(5.002.750)	(1.672.003)
<b>Lucro Líquido antes dos Impostos após Ajustes</b>	<b>(25.696.337)</b>	<b>22.444.930</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(186.010)	1.234.560
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central	9.627.682	734.806
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.179.790)	(4.193.597)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(54.299.641)	(28.610.690)
(Aumento)/Redução em Créditos Tributários	(1.362.142)	(137.439)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	384.136	(1.027.795)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros	8.327.074	(20.025.975)
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	154.196.995	7.670.368
Aumento/(Redução) em Impostos Diferidos	(1.574.956)	(1.188.519)
Aumento/(Redução) em Provisões	(2.408.962)	(2.701.689)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	27.196.833	5.811.676
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(897.714)	(2.220.552)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>111.127.168</b>	<b>(22.209.916)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Vencimento e Juros de Títulos Mantidos até o Vencimento	30.048.273	2.619.560
Alienação/Vencimento e Juros de Títulos Disponíveis para Venda	41.618.032	75.575.325
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	190.256	339.475
Alienação de Investimentos	1.956	-
Alienação de Imobilizado de Uso	391.051	394.761
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(43.069.510)	(60.996.340)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento	(18.491.475)	-
Aquisição de Investimentos	-	(4.000)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(832.298)	(809.051)
Aquisição de Intangível	(969.452)	(1.507.472)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	79.299	24.333
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>8.966.132</b>	<b>15.636.591</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>		
Recursos de Emissão de Títulos	39.068.011	45.920.175
Liquidação e Pagamentos de Juros de Recursos de Emissão de Títulos	(59.347.299)	(35.195.110)
Liquidação e Pagamentos de Juros de Dívidas Subordinadas	(1.099.682)	(907.142)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(715.628)	(4.745.360)
Participações dos Acionistas Minoritários	(8.875)	(4.244)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(22.103.473)</b>	<b>5.068.319</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>97.989.827</b>	<b>(1.505.006)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	61.399.815	110.098.685
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	1.903.871	288.617
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	161.293.513	108.882.296
<b>Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>97.989.827</b>	<b>(1.505.006)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

**Índice das Notas Explicativas da Administração**

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, distribuídas da seguinte forma:

	Página
1) CONTEXTO OPERACIONAL	11
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	13
4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	20
6) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	21
7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	21
8) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	25
9) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	32
10) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	43
11) INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS/COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO	44
12) IMOBILIZADO DE USO	45
13) INTANGÍVEL	45
14) OUTROS ATIVOS	46
15) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	47
16) RECURSOS DE CLIENTES	49
17) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	49
18) DÍVIDAS SUBORDINADAS	50
19) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	51
20) PROVISÕES	51
21) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	52
22) OUTROS PASSIVOS	56
23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)	56
24) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	57
25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	58
26) DESPESAS DE PESSOAL	58
27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	58
28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	58
29) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	59
30) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	59
31) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	59
32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	60
33) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	62
34) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	68
35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	69
36) OUTRAS INFORMAÇÕES	70

---

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

---

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Bradesco S.A. (Bradesco), Instituição líder do Conglomerado Prudencial, é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen). Dessa maneira, foram observados requisitos específicos para a consolidação das demonstrações contábeis do Bradesco, suas agências no exterior, empresas controladas e fundos de investimentos, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Circular Bacen nº 3.959/19 foram incluídas nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Bradesco. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis consolidadas do Bradesco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas, as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não-controladores. Os investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas controladas estão apresentados em investimento e intangível (Nota 13a).

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Bradesco foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2020.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial:

	Atividade	Participação total	
		Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Instituições Financeiras</b>			
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	Cartões	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Argentina S.A.U (1)	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A. (2)	Banco de Investimentos	100,00%	99,96%
Banco Bradesco BERJ S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (1)	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (1) (3)	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities Hong Kong Limited (1)	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (1)	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (1)	Corretora	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (4)	Cartões	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%
Cidade Capital Markets Ltd. (1)	Bancária	100,00%	100,00%
Crediare S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Bancária	50,00%	50,00%
Kirton Bank S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda.	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%
Serel Participações em Imóveis S.A.	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%
<b>Administradora de Consórcios</b>			
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%
<b>Instituições de Pagamento</b>			
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda.	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
BCN - Consultoria, Adm. Bens, Serv. e Publicidade Ltda. (5)	Prestação de Serviços	-	100,00%
Tempo Serviços Ltda.	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
RCB Investimentos S.A.	Holding	65,00%	65,00%
RCB Portfolios Ltda.	Gestora de Recursos	100,00%	100,00%
Itapeva Recuperação de Créditos Ltda.	Recuperadora de crédito	100,00%	100,00%
MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A.	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Carson Serviços Financeiros S.A. (6)	Prestação de Serviços	100,00%	-
Lecce Holdings S.A. (7)	Holding	100,00%	-
<b>Securitizadoras</b>			
Alvorada Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Alvorada Serviços e Negócios Ltda.	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
<b>Fundos de Investimento (8)</b>			
Bradesco F.I. Referenciado DI Uniao	Fundo de Investimento	88,53%	91,63%
Alpha F.I. Mult. Créd. Priv. Inv. no Exterior	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I. Mult. Cred. Priv. Inv. Exterior Pioneiro	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.F.I. Referenciado DI Galáxia	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I. Mult. Cred. Priv. Inv. Exterior Andromeda	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Referenciado DI GJ	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

	Atividade	Participação total	
		Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
BRAM FI RF Referenciado DI	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Procyon Fund Ltd.	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIM Cred Priv IE - RV Local	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
F II - Fundo de Investimento RF Cred Privado	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(1) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(2) Aquisição da participação minoritária em janeiro de 2020;

(3) Está sendo consolidada a entidade de propósito específico denominada International Diversified Payment Rights Company, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento recebidas do exterior;

(4) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(5) Empresa Incorporada em maio de 2020 pela empresa Nova Paiol Participações Ltda;

(6) Empresas Consolidadas em fevereiro de 2020;

(7) Empresas Consolidadas em junho de 2020; e

(8) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco. Substancialmente, as operações das agências e de empresas controladas no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto tem o real como moeda funcional e os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local.

**b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

**d) Instrumentos financeiros****I. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

**II. Títulos e valores mobiliários – Classificação**

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 7.

**III. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil, suas categorias e *hedge* econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujo os objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 8.

**e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito**

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de risco em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

Conforme permitido pela Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020 estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade da contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor de atividade econômica, renegociação e receitas das operações de crédito, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 9.

**f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Impostos Diferidos”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, equiparadas, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%.

Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 35.

**g) Investimentos em Controladas/Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto**

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e de controle compartilhado, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As empresas controladas registradas na rubrica Investimentos são aquelas que não estão no escopo da Resolução nº 4.820.



## **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 11.

### **h) Imobilizado de Uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% a 40% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, bem como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização, estão apresentados na Nota 12.

### **i) Intangível**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável;
- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperado; e
- Ágio na aquisição de investimento: são registrados pelo valor excedente ao pago na aquisição de investimentos e são amortizados ao longo do tempo estimado no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro.

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 13.

### **j) Outros Ativos**

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensados no próprio exercício.

Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Os Bens Não de Uso são aqueles recebidos em dação em pagamento e aqueles que eram de uso e foram desativados, destinados à venda. Estão registrados pelo menor valor entre o valor de mercado e o valor contábil e ajustados por meio de provisão, quando aplicável.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 14.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****k) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo pro-rata.

**l) Depósitos e Demais instrumentos Financeiros****I. Captações no mercado aberto e Recursos de Clientes**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados nas Notas 15a e 16.

**II. Despesas associadas às captações de recursos**

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, conforme Nota 17 e 18.

**m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

## **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, esta apresentada na Nota 21.

### **n) Benefícios Pós-Emprego**

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

#### **Planos de Contribuição Definida**

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

#### **Planos de Benefício Definido**

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é calculada separadamente para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós emprego no desligamento da Organização ou no momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida incluem: os ganhos e perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), e são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

O detalhamento dos benefícios a empregados, está apresentado na Nota 34.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****o) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 36 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades em moeda nacional	16.679.876	14.727.250
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.860.028	3.994.530
Aplicações em ouro	1.715	892
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>21.541.619</b>	<b>18.722.672</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	139.751.894	42.677.143
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>161.293.513</b>	<b>61.399.815</b>

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ****a) Composição e prazos**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>						
<b>Posição bancada</b>	<b>4.782.143</b>	<b>1.360.379</b>	-	-	<b>6.142.522</b>	<b>4.415.212</b>
• Notas do tesouro nacional	2.857.925	1.159.002	-	-	4.016.927	2.777.423
• Letras do tesouro nacional	-	201.377	-	-	201.377	216.406
• Outros	1.924.218	-	-	-	1.924.218	1.421.383
<b>Posição financiada</b>	<b>212.085</b>	<b>818.721</b>	-	-	<b>1.030.806</b>	<b>509.381</b>
• Notas do tesouro nacional	212.085	818.721	-	-	1.030.806	364.351
• Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	145.030
<b>Posição vendida</b>	-	<b>1.119.394</b>	-	-	<b>1.119.394</b>	<b>2.859.289</b>
• Letras do tesouro nacional	-	1.119.394	-	-	1.119.394	2.859.289
<b>Subtotal</b>	<b>4.994.228</b>	<b>3.298.494</b>	-	-	<b>8.292.722</b>	<b>7.783.882</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	896.699	2.283.791	1.621.629	2.647.151	7.449.270	7.769.751
• Provisões para perdas	-	(130)	(4)	(2.228)	(2.362)	(13)
<b>Subtotal</b>	<b>896.699</b>	<b>2.283.661</b>	<b>1.621.625</b>	<b>2.644.923</b>	<b>7.446.908</b>	<b>7.769.738</b>
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>	<b>5.890.927</b>	<b>5.582.155</b>	<b>1.621.625</b>	<b>2.644.923</b>	<b>15.739.630</b>	
%	37,4	35,5	10,3	16,8	100,0	
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.251.095</b>	<b>5.336.973</b>	<b>3.219.405</b>	<b>1.746.147</b>		<b>15.553.620</b>
%	33,8	34,3	20,7	11,2		100,0

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez**

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
<b>Rendas de aplicações em operações compromissadas:</b>		
• Posição bancada	288.914	597.842
• Posição financiada	1.590.498	2.776.984
• Posição vendida	1.472.958	296.505
<b>Subtotal</b>	<b>3.352.370</b>	<b>3.671.331</b>
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>240.176</b>	<b>202.617</b>
<b>Total (Nota 8f III) (1)</b>	<b>3.592.546</b>	<b>3.873.948</b>

(1) Inclui o resultado das Aplicações Interfinanceiras até 90 dias, denominadas Equivalentes de Caixa (Nota 4).

**6) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL****a) Créditos vinculados**

	Remuneração	R\$ mil	
		Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Compulsório sobre depósitos à vista	não remunerado	7.583.882	7.042.022
Compulsório sobre depósitos de poupança	índice da poupança	24.409.583	22.619.432
Compulsório sobre depósitos a prazo	taxa selic	49.001.191	60.960.884
<b>Total</b>		<b>80.994.656</b>	<b>90.622.338</b>

Para maiores informações sobre depósitos compulsórios veja Nota 36.

**b) Resultado das aplicações compulsórias**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	1.274.927	2.264.107
Créditos vinculados ao SFH (1)	3.345	18.076
<b>Total</b>	<b>1.278.272</b>	<b>2.282.183</b>

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

**7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários:

**a) Resumo da classificação consolidada dos títulos e valores mobiliários por categorias e emissor**

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2020	%	Em 31 de dezembro de 2019	%
<b>Títulos para negociação</b>	<b>37.228.565</b>	<b>11,8</b>	<b>39.777.903</b>	<b>12,5</b>
- Títulos públicos	28.613.235	9,1	32.951.763	10,4
- Títulos privados	8.615.330	2,7	6.826.140	2,1
<b>Títulos disponíveis para venda (2)</b>	<b>200.671.282</b>	<b>63,6</b>	<b>211.309.387</b>	<b>66,4</b>
- Títulos públicos	101.933.878	32,3	125.117.882	39,3
- Títulos privados	98.737.404	31,3	86.191.505	27,1
<b>Títulos mantidos até o vencimento (2)</b>	<b>77.826.058</b>	<b>24,6</b>	<b>67.096.679</b>	<b>21,1</b>
- Títulos públicos	69.997.349	22,1	58.708.455	18,5
- Títulos privados	7.828.709	2,5	8.388.224	2,6
<b>Total geral</b>	<b>315.725.905</b>	<b>100,0</b>	<b>318.183.969</b>	<b>100,0</b>
- Títulos públicos	200.544.462	63,5	216.778.100	68,1
- Títulos privados	115.181.443	36,5	101.405.869	31,9
<b>Total geral</b>	<b>315.725.905</b>	<b>100,0</b>	<b>318.183.969</b>	<b>100,0</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****b) Classificação consolidada por categorias, prazos e segmentos de negócio****I) Títulos para negociação**

Títulos	R\$ mil								
	Em 30 de junho de 2020							Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Marcação a mercado
Letras financeiras do tesouro	-	136.099	298.313	12.634.955	13.069.367	13.072.987	(3.620)	16.943.056	1.196
Notas do tesouro nacional	-	115.367	315.748	11.151.352	11.582.467	11.349.274	233.193	7.552.980	363.104
Letras financeiras	51.207	43.762	-	231.052	326.021	420.370	(94.349)	499.332	(4.116)
Debêntures	34	1.897	-	564.903	566.834	611.024	(44.190)	798.746	15.809
Letras do tesouro nacional	271.982	541.359	425.808	1.336.015	2.575.164	2.567.007	8.157	7.992.246	41
Títulos da dívida externa brasileira	-	-	245	784.142	784.387	745.747	38.640	47.308	1.296.763
Outros	3.866.858	1.117.943	176.926	3.162.598	8.324.325	8.615.838	(291.513)	5.944.235	(95.667)
Total geral	4.190.081	1.956.427	1.217.040	29.865.017	37.228.565	37.382.247	(153.682)	39.777.903	1.577.130

**II) Títulos disponíveis para venda**

Títulos (2)	R\$ mil								
	Em 30 de junho de 2020							Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (3) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (3) (4)	Marcação a mercado
Letras do tesouro nacional	3.474.925	1.784.590	20.121.700	29.802.033	55.183.248	52.525.947	2.657.301	79.985.441	2.573.699
Debêntures	-	2.808.637	2.844.037	58.858.750	64.511.424	68.489.351	(3.977.927)	58.020.744	(232.586)
Notas do tesouro nacional	-	96.394	17.551.106	11.014.582	28.662.082	27.343.045	1.319.037	35.425.784	1.902.624
Títulos privados no exterior	1.665.253	-	113.627	6.745.042	8.523.922	8.327.742	196.180	7.442.003	268.637
Ações	3.345.527	-	-	-	3.345.527	3.524.928	(179.401)	3.566.819	(6.070)
Títulos de governos estrangeiros	1.135.190	5.056.655	1.190.945	-	7.382.790	7.356.099	26.691	6.454.894	5.335
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	190.848	2.189.994	2.380.842	2.506.314	(125.472)	1.851.472	44.410
Títulos da dívida externa brasileira	-	-	816.977	8.100.556	8.917.533	8.907.222	10.311	1.746.931	50.811
Letras financeiras do tesouro	-	180.251	607.621	967.612	1.755.484	1.756.107	(623)	1.469.698	356
Notas Promissórias	-	1.109.977	4.233.142	1.293.785	6.636.904	6.643.373	(6.469)	2.870.278	13.026
Outros	1.824.636	2.102.045	2.393.917	7.050.928	13.371.526	13.570.562	(199.036)	12.475.323	57.964
Subtotal	11.445.531	13.138.549	50.063.920	126.023.282	200.671.282	200.950.690	(279.408)	211.309.387	4.678.206
Hedge contábil (Nota 8f II) (1)	-	-	-	-	-	-	(1.093.191)	-	(269.021)
Títulos reclassificados para categoria “Títulos mantidos até o vencimento”	-	-	-	-	-	-	1.570.275	-	(545.381)
Total geral	11.445.531	13.138.549	50.063.920	126.023.282	200.671.282	200.950.690	197.676	211.309.387	3.863.804

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****III) Títulos mantidos até o vencimento**

Títulos (2)	R\$ mil								
	Em 30 de junho de 2020							Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado (3)	Valor de mercado (4)	Mais (menos) valia não contabilizada	Valor de custo atualizado (3)	Mais (menos) valia não contabilizada
Letras do tesouro nacional	7.925.658	4.906.330	-	38.812.433	51.644.421	53.746.205	2.101.784	57.884.427	1.848.510
Certificados de recebíveis imobiliários	-	10.768	3.826	7.814.116	7.828.710	7.711.063	(117.647)	8.388.224	489.378
Notas do tesouro nacional	123	1.008	902	18.350.894	18.352.927	18.982.765	629.838	820.887	126.149
Outros	-	-	-	-	-	-	-	3.141	-
Total geral	7.925.781	4.918.106	4.728	64.977.443	77.826.058	80.440.033	2.613.975	67.096.679	2.464.037

**c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação**

Títulos	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30 de junho de 2020 (3) (4)	Total em 31 de dezembro de 2019 (3) (4)
<b>Carteira própria</b>	<b>13.864.063</b>	<b>13.102.744</b>	<b>23.685.542</b>	<b>146.785.588</b>	<b>197.437.937</b>	<b>142.657.852</b>
<b>Títulos de renda fixa</b>	<b>9.361.511</b>	<b>13.102.744</b>	<b>23.685.542</b>	<b>146.785.588</b>	<b>192.935.385</b>	<b>138.088.767</b>
• Notas do tesouro nacional	123	212.768	11.680.351	29.948.140	41.841.382	12.316.374
• Letras financeiras do tesouro	-	250.815	39.023	11.542.214	11.832.052	14.748.942
• Letras do tesouro nacional	3.206.254	541.359	1.679	18.680.267	22.429.559	12.574.425
• Debêntures	34	2.656.652	2.844.037	53.994.883	59.495.606	55.214.774
• Letras financeiras	51.207	43.762	111.803	485.712	692.484	808.938
• Certificados de recebíveis imobiliários	-	10.768	194.674	10.031.183	10.236.625	10.267.775
• Títulos privados no exterior	722.363	549.200	289.421	5.746.160	7.307.144	5.981.526
• Títulos da dívida externa brasileira	-	-	817.222	8.166.260	8.983.482	1.345.186
• Certificados de depósito bancário	47	-	-	77	124	404.436
• Notas Promissórias	-	1.109.977	4.233.142	1.297.112	6.640.231	2.870.278
• Outros	5.381.483	7.727.443	3.474.190	6.893.580	23.476.696	21.556.113
<b>Títulos de renda variável</b>	<b>4.502.552</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.502.552</b>	<b>4.569.085</b>
• Ações de companhias abertas	4.502.552	-	-	-	4.502.552	4.569.085
<b>Títulos vinculados</b>	<b>9.697.330</b>	<b>6.910.338</b>	<b>24.115.215</b>	<b>72.956.419</b>	<b>113.679.302</b>	<b>171.536.343</b>
<b>A compromisso de recompra</b>	<b>9.587.718</b>	<b>6.819.473</b>	<b>18.745.067</b>	<b>62.311.830</b>	<b>97.464.088</b>	<b>152.543.889</b>
• Letras do tesouro nacional	8.466.310	6.680.981	16.848.389	49.897.231	81.892.911	119.857.795
• Títulos privados no exterior	1.121.408	-	-	4.001.732	5.123.140	2.892.331
• Notas do tesouro nacional	-	-	1.828.540	3.082.546	4.911.086	24.998.252
• Letras financeiras do tesouro	-	-	68.138	156.983	225.121	741.742
• Outros	-	138.492	-	5.173.338	5.311.830	4.053.769

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

Títulos	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30 de junho de 2020 (3) (4)	Total em 31 de dezembro de 2019 (3) (4)
<b>Ao Banco Central</b>	-	-	4.358.867	826.974	5.185.841	4.063.388
• Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	4.063.388
• Notas do tesouro nacional	-	-	4.358.867	826.974	5.185.841	-
<b>Moedas de privatização</b>	-	-	-	31.958	31.958	34.384
<b>A prestação de garantias</b>	109.612	90.865	1.011.281	9.785.657	10.997.415	14.894.682
• Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.535.433	5.535.433	4.594.392
• Letras do tesouro nacional	-	9.939	212.509	1.372.982	1.595.430	7.267.365
• Letras financeiras do tesouro	-	65.535	798.772	1.903.373	2.767.680	2.925.211
• Outros	109.612	15.391	-	973.869	1.098.872	107.714
<b>Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação</b>	-	-	3.484.931	1.123.735	4.608.666	3.989.774
• Letras do tesouro nacional	-	-	3.484.931	-	3.484.931	2.099.139
• Notas do tesouro nacional	-	-	-	1.123.735	1.123.735	1.890.635
<b>Total geral</b>	<b>23.561.393</b>	<b>20.013.082</b>	<b>51.285.688</b>	<b>220.865.742</b>	<b>315.725.905</b>	<b>318.183.969</b>
<b>%</b>	<b>7,5</b>	<b>6,3</b>	<b>16,2</b>	<b>70,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

(1) Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* contábil, a categoria utilizada é "Títulos Disponíveis para Venda";

(2) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Bradesco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2020, a Administração decidiu pela reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento, no montante de R\$ 20.009.471 mil, sem reflexos em resultado, pois o resultado não realizado (mais valia) no montante bruto de R\$ 1.794.263 mil, foi mantida no Patrimônio Líquido e será reconhecida no resultado pelo prazo remanescente dos títulos, conforme artigo 5º da referida Circular. Essa reclassificação se deu por alinhamento da estratégia de gerenciamento de risco e capital (No 1º semestre de 2019, não houve venda ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria);

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(4) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

**d) Impairment para Títulos e Valores Mobiliários**

No 1º semestre de 2020, houve constituição por *impairment* de ativos financeiros, em sua maioria debêntures, relacionados a títulos classificados nas categorias "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" no valor de R\$ 644.987 mil (2019 - R\$ 85.873 mil), líquido de constituição/reversão e que inclui o resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros e *impairment* de ações, classificados na categoria disponível para venda no valor de R\$ 188 mil, totalizando R\$ 645.175 mil (2019 - R\$ 85.873 mil).



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****8) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

O Bradesco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos do Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na B3.

As operações envolvendo contratos futuros de taxa de juros, de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição e nas operações para atendimento das necessidades dos clientes do Bradesco.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

A Nota de Gerenciamento de Riscos e Capital das Demonstrações Contábeis descreve as principais métricas de controle de riscos, bem como os principais aspectos da estrutura de gerenciamento de riscos e complementa a Nota de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, demonstrando as exposições destes instrumentos em diversas visões, bem como as receitas e despesas dos derivativos.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador**

	R\$ mil									
	Total em 30 de junho de 2020					Total em 31 de dezembro de 2019				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<b>Contratos futuros</b>										
<b>Compromissos de compra:</b>	<b>77.029.838</b>		<b>2.310</b>	<b>-</b>	<b>2.310</b>	<b>120.822.849</b>		<b>4.468</b>	<b>-</b>	<b>4.468</b>
- Mercado interfinanceiro	39.791.554	-	2.190	-	2.190	89.110.280	-	3.702	-	3.702
- Moeda estrangeira	35.523.755	-	105	-	105	29.788.388	-	764	-	764
- Outros	1.714.529	1.099.799	15	-	15	1.924.181	777.242	2	-	2
<b>Compromissos de venda:</b>	<b>163.845.131</b>		<b>(1.173)</b>	<b>-</b>	<b>(1.173)</b>	<b>215.476.004</b>		<b>(713)</b>	<b>-</b>	<b>(713)</b>
- Mercado interfinanceiro (1)	120.000.858	80.209.304	(19)	-	(19)	137.364.779	48.254.499	(30)	-	(30)
- Moeda estrangeira (2)	43.229.543	7.705.788	(268)	-	(268)	76.964.286	47.175.898	(4)	-	(4)
- Outros	614.730	-	(886)	-	(886)	1.146.939	-	(679)	-	(679)
<b>Contratos de opções</b>										
<b>Compromissos de compra:</b>	<b>29.633.756</b>		<b>1.484.097</b>	<b>1.483.906</b>	<b>2.968.003</b>	<b>72.752.348</b>		<b>1.336.294</b>	<b>310.565</b>	<b>1.646.859</b>
- Mercado interfinanceiro	17.394.707	-	616.958	185.484	802.442	59.025.185	-	490.969	153.980	644.949
- Moeda estrangeira	10.661.154	-	775.994	1.282.197	2.058.191	13.164.331	989.464	802.818	131.756	934.574
- Outros	1.577.895	100.756	91.145	16.225	107.370	562.832	-	42.507	24.829	67.336
<b>Compromissos de venda:</b>	<b>33.671.448</b>		<b>(1.550.953)</b>	<b>(785.504)</b>	<b>(2.336.457)</b>	<b>150.923.632</b>		<b>(1.403.648)</b>	<b>(12.609)</b>	<b>(1.416.257)</b>
- Mercado interfinanceiro	19.710.335	2.315.628	(809.728)	(187.455)	(997.183)	138.174.393	79.149.208	(780.741)	(130.183)	(910.924)
- Moeda estrangeira	12.483.974	1.822.820	(524.266)	(681.361)	(1.205.627)	12.174.867	-	(542.873)	124.936	(417.937)
- Outros	1.477.139	-	(216.959)	83.312	(133.647)	574.372	11.540	(80.034)	(7.362)	(87.396)
<b>Contratos a termo</b>										
<b>Compromissos de compra:</b>	<b>25.505.329</b>		<b>5.084.425</b>	<b>(1.584)</b>	<b>5.082.841</b>	<b>16.258.721</b>		<b>1.428.434</b>	<b>1.328</b>	<b>1.429.762</b>
- Mercado interfinanceiro	240.230	240.230	1.859	(1.584)	275	232.706	232.706	1.859	1.328	3.187
- Moeda estrangeira	21.248.692	3.069.982	2.295.402	-	2.295.402	13.794.259	-	(251.175)	-	(251.175)
- Outros	4.016.407	3.357.267	2.787.164	-	2.787.164	2.231.756	1.563.753	1.677.750	-	1.677.750
<b>Compromissos de venda:</b>	<b>18.837.850</b>		<b>(994.177)</b>	<b>(11.132)</b>	<b>(1.005.309)</b>	<b>15.834.563</b>		<b>125.532</b>	<b>(2.167)</b>	<b>123.365</b>
- Moeda estrangeira (2)	18.178.710	-	(1.007.656)	-	(1.007.656)	15.166.560	1.372.301	107.747	-	107.747
- Outros	659.140	-	13.479	(11.132)	2.347	668.003	-	17.785	(2.167)	15.618

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

	R\$ mil									
	Total em 30 de junho de 2020					Total em 31 de dezembro de 2019				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<b>Contratos de swap</b>										
<b>Posição ativa:</b>	<b>65.310.047</b>		<b>14.012.463</b>	<b>3.621.116</b>	<b>17.633.579</b>	<b>69.969.836</b>		<b>9.666.255</b>	<b>987.011</b>	<b>10.653.266</b>
- Mercado interfinanceiro	5.001.454	3.777.006	63.284	60.502	123.786	7.703.103	3.434.228	118.969	85.416	204.385
- Prefixados	22.447.706	10.159.935	3.942.817	47.250	3.990.067	38.654.923	19.304.909	8.251.750	(515.320)	7.736.430
- Moeda estrangeira	34.006.172	7.198.074	9.641.153	3.135.671	12.776.824	19.746.372	-	1.032.687	1.066.491	2.099.178
- IGP-M	619.553	-	183.460	125.708	309.168	670.554	-	124.132	118.554	242.686
- Outros	3.235.162	-	181.749	251.985	433.734	3.194.884	-	138.717	231.870	370.587
<b>Posição passiva:</b>	<b>45.937.816</b>		<b>(13.992.294)</b>	<b>(3.386.721)</b>	<b>(17.379.015)</b>	<b>52.222.961</b>		<b>(9.043.985)</b>	<b>(3.161.114)</b>	<b>(12.205.099)</b>
- Mercado interfinanceiro	1.224.448	-	(121.574)	32.825	(88.749)	4.268.875	-	(178.453)	76.722	(101.731)
- Prefixados	12.287.771	-	(1.464.607)	(1.898.330)	(3.362.937)	19.350.014	-	(5.547.009)	(2.015.586)	(7.562.595)
- Moeda estrangeira	26.808.098	-	(11.578.145)	(933.843)	(12.511.988)	21.483.368	1.736.996	(2.750.465)	(605.694)	(3.356.159)
- IGP-M	863.000	243.447	(239.495)	(170.153)	(409.648)	893.000	222.446	(167.300)	(170.755)	(338.055)
- Outros	4.754.499	1.519.337	(588.473)	(417.220)	(1.005.693)	6.227.704	3.032.820	(400.758)	(445.801)	(846.559)
<b>Totais</b>	<b>459.771.215</b>		<b>4.044.698</b>	<b>920.081</b>	<b>4.964.779</b>	<b>714.260.914</b>		<b>2.112.637</b>	<b>(1.876.986)</b>	<b>235.651</b>

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 88.412.963 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 76.405.734 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 21.619.822 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 21.015.183 mil) (Nota 9II);

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 29.652.250 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 64.376.717 mil), contemplando a redução de capital realizada no 1º semestre de 2020, no montante de R\$ 59.546.684 mil; e

(3) Reflete o saldo líquido entre a Posição Ativa e Passiva.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor de mercado e prazos**

	R\$ mil									
	Em 30 de junho de 2020									Em 31 de dezembro de 2019
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	%	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Ajuste a receber – swap	14.012.463	3.621.116	17.633.579	66,8	1.047.787	1.472.579	970.310	14.142.903	17.633.579	10.653.266
Ajuste a receber - futuro	2.310	-	2.310	-	2.053	-	3	254	2.310	4.468
Compras a termo a receber	5.415.250	(1.584)	5.413.666	20,5	3.011.912	1.001.035	946.951	453.768	5.413.666	1.747.792
Vendas a termo a receber (1)	414.522	(11.132)	403.390	1,5	93.098	142.458	29.763	138.071	403.390	287.676
Prêmios de opções a exercer	1.484.097	1.483.906	2.968.003	11,2	499.782	228.136	357.917	1.882.168	2.968.003	1.646.859
<b>Total do ativo (A)</b>	<b>21.328.642</b>	<b>5.092.306</b>	<b>26.420.948</b>	<b>100,0</b>	<b>4.654.632</b>	<b>2.844.208</b>	<b>2.304.944</b>	<b>16.617.164</b>	<b>26.420.948</b>	<b>14.340.061</b>
Ajuste a pagar - swap	(13.992.294)	(3.386.721)	(17.379.015)	81,0	(1.226.058)	(2.091.862)	(1.023.689)	(13.037.406)	(17.379.015)	(12.205.099)
Ajuste a pagar - futuro	(1.173)	-	(1.173)	-	(278)	-	-	(895)	(1.173)	(713)
Compras a termo a pagar	(330.825)	-	(330.825)	1,5	(113.057)	(47.590)	(86.693)	(83.485)	(330.825)	(318.030)
Vendas a termo a pagar	(1.408.699)	-	(1.408.699)	6,6	(425.212)	(206.912)	(403.738)	(372.837)	(1.408.699)	(164.311)
Prêmios de opções lançadas	(1.550.953)	(785.504)	(2.336.457)	10,9	(222.440)	(175.534)	(399.362)	(1.539.121)	(2.336.457)	(1.416.257)
<b>Total do passivo (B)</b>	<b>(17.283.944)</b>	<b>(4.172.225)</b>	<b>(21.456.169)</b>	<b>100,0</b>	<b>(1.987.045)</b>	<b>(2.521.898)</b>	<b>(1.913.482)</b>	<b>(15.033.744)</b>	<b>(21.456.169)</b>	<b>(14.104.410)</b>
<b>Efeito Líquido (A-B)</b>	<b>4.044.698</b>	<b>920.081</b>	<b>4.964.779</b>		<b>2.667.587</b>	<b>322.310</b>	<b>391.462</b>	<b>1.583.420</b>	<b>4.964.779</b>	<b>235.651</b>

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

**c) Contratos futuros, de opções, de termo e de swap – (Valor de Referência)**

	R\$ mil					
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Contratos futuros (1)	63.887.308	14.660.307	74.148.279	88.179.075	240.874.969	336.298.853
Contratos de opções	11.954.660	5.403.599	38.521.876	7.425.069	63.305.204	223.675.980
Contratos a termo (1)	20.947.337	8.520.006	8.805.697	6.070.139	44.343.179	32.093.284
Contratos de swap	11.066.152	12.697.482	13.683.167	73.801.062	111.247.863	122.192.797
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	<b>107.855.457</b>	<b>41.281.394</b>	<b>135.159.019</b>	<b>175.475.345</b>	<b>459.771.215</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>412.479.396</b>	<b>58.947.689</b>	<b>58.054.738</b>	<b>184.779.091</b>		<b>714.260.914</b>

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Títulos públicos</b>		
Letras do tesouro nacional	-	4.620.246
Notas do tesouro nacional	6.204.419	5.270.514
<b>Total</b>	<b>6.204.419</b>	<b>9.890.760</b>

**e) Valores das receitas e das despesas líquidas**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Contratos de swap	(817.296)	303.605
Contratos a termo (1)	1.290.247	180.334
Contratos de opções	732.081	(477.583)
Contratos futuros (1)	(21.156.629)	(168.451)
<b>Total (Nota 8f III)</b>	<b>(19.951.597)</b>	<b>(162.095)</b>

(1) Inclui o resultado e o respectivo ajuste ao valor de mercado do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

**f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes**

	R\$ mil	
	Total em 30 de junho de 2020	Total em 31 de dezembro de 2019
B3 (bolsa)	259.705.438	528.819.470
<b>B3 (balcão)</b>	<b>145.356.282</b>	<b>143.816.409</b>
- Instituições financeiras	45.191.268	62.502.611
- Empresas	99.801.623	80.896.730
- Pessoas físicas	363.391	417.068
Exterior (bolsa) (1)	32.643.254	18.292.330
Exterior (balcão) (1)	22.066.241	23.332.705
<b>Total</b>	<b>459.771.215</b>	<b>714.260.914</b>

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

**l) Derivativos de crédito (Credit Default Swap – CDS)**

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (“*default*”), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Risco recebido de Swaps de créditos:</b>	<b>5.207.013</b>	<b>3.894.982</b>
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.061.276	791.045
- Títulos de dívida pública brasileira	3.862.628	3.056.778
- Títulos de dívida pública estrangeira	283.109	47.159
<b>Risco transferido de Swaps de créditos:</b>	<b>(629.740)</b>	<b>(1.108.443)</b>
- Derivativos da dívida pública brasileira	(191.660)	(181.382)
- Derivativos da dívida pública estrangeira	(438.080)	(927.061)
<b>Risco de crédito total líquido</b>	<b>4.577.273</b>	<b>2.786.539</b>
<b>Efeito sobre o Patrimônio Líquido</b>	<b>72.815</b>	<b>84.382</b>
<b>Remuneração sobre a contraparte receptora do risco</b>	<b>(175.138)</b>	<b>(11.945)</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2025. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

**II) Hedge contábil**

Em 30 de junho de 2020, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

**Hedge de fluxo de caixa** – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros, as quais impactam o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de efetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	21.619.822	21.755.101	192.051	105.628
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (2)	88.412.963	87.497.724	(651.515)	(358.333)
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>	<b>110.032.785</b>	<b>109.252.825</b>	<b>(459.464)</b>	<b>(252.705)</b>
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	21.015.183	21.127.503	216.845	119.265
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	76.405.734	75.942.005	(97.192)	(53.456)
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>97.420.917</b>	<b>97.069.508</b>	<b>119.653</b>	<b>65.809</b>

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, sendo os prazos de vencimentos até 2021, tornando o fluxo de caixa prefixado; e

(2) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, sendo os prazos de vencimentos em 2022, tornando o fluxo de caixa prefixado.

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ (54.708) mil.

Não ocorreram ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado, no 1º semestre de 2020 e em 2019.

**Hedge de investimentos no exterior** – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	2.195.995	1.193.004	(633.727)	(348.550)
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>	<b>2.195.995</b>	<b>1.193.004</b>	<b>(633.727)</b>	<b>(348.550)</b>
<i>Hedge</i> de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	1.919.177	925.820	(388.674)	(213.771)
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.919.177</b>	<b>925.820</b>	<b>(388.674)</b>	<b>(213.771)</b>

(1) Cujas moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward*, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano).

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ (3.801) mil.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no 1º semestre de 2020, foi de R\$ (14.859) mil (2019 R\$ (1.049) mil).

**III) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Títulos de renda fixa (1)	13.411.985	11.048.061
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	3.592.546	3.873.948
Títulos de renda variável (2)	(951.076)	429.813
<b>Subtotal</b>	<b>16.053.455</b>	<b>15.351.822</b>
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8e)	(19.951.597)	(162.095)
<b>Total</b>	<b>(3.898.142)</b>	<b>15.189.727</b>

(1) No 1º semestre de 2020, houve perdas por *impairment* de ativos financeiros (em sua maioria debêntures), no montante de R\$ 58.036 mil (2019 - R\$ 85.873 mil), líquido de constituição/reversão. Incluindo o resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros, teríamos uma constituição de *impairment* de R\$ 644.987 mil; e

(2) No 1º semestre de 2020, houve perdas por *impairment* de ações no montante de R\$ 188 mil.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

### 9) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

#### a) Modalidades e prazos

	R\$ mil									
	Curso normal									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30 de junho de 2020 (A)	% (4)	Total em 31 de dezembro de 2019 (A)	% (4)
Empréstimos e títulos descontados (1)	20.992.385	12.607.965	11.430.149	26.506.482	43.265.486	101.690.677	216.493.144	39,7	185.572.294	36,1
Financiamentos	4.656.560	4.523.930	4.382.622	12.208.180	27.868.849	109.729.960	163.370.101	29,8	144.537.677	28,0
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.314.523	1.480.610	1.657.801	3.637.600	4.090.975	7.191.494	19.373.003	3,5	20.392.848	4,0
<b>Subtotal</b>	<b>26.963.468</b>	<b>18.612.505</b>	<b>17.470.572</b>	<b>42.352.262</b>	<b>75.225.310</b>	<b>218.612.131</b>	<b>399.236.248</b>	<b>73,0</b>	<b>350.502.819</b>	<b>68,1</b>
Operações de arrendamento mercantil	118.436	97.636	102.013	263.506	481.101	1.845.644	2.908.336	0,5	2.726.858	0,5
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	2.065.992	2.883.703	1.270.942	3.777.838	2.925.854	38.599	12.962.928	2,4	15.684.618	3,0
<b>Subtotal</b>	<b>29.147.896</b>	<b>21.593.844</b>	<b>18.843.527</b>	<b>46.393.606</b>	<b>78.632.265</b>	<b>220.496.374</b>	<b>415.107.512</b>	<b>75,9</b>	<b>368.914.295</b>	<b>71,6</b>
Outros créditos (3)	15.938.644	8.023.490	5.650.642	6.784.078	3.850.608	460.392	40.707.854	7,4	57.375.862	11,1
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>45.086.540</b>	<b>29.617.334</b>	<b>24.494.169</b>	<b>53.177.684</b>	<b>82.482.873</b>	<b>220.956.766</b>	<b>455.815.366</b>	<b>83,3</b>	<b>426.290.157</b>	<b>82,7</b>
Aquisição de recebíveis - cartões de crédito	3.958.058	1.299.501	1.485.842	810.605	164.654	-	7.718.660	1,4	9.485.622	1,8
<b>Subtotal</b>	<b>49.044.598</b>	<b>30.916.835</b>	<b>25.980.011</b>	<b>53.988.289</b>	<b>82.647.527</b>	<b>220.956.766</b>	<b>463.534.026</b>	<b>84,7</b>	<b>435.775.779</b>	<b>84,5</b>
Avais e fianças	2.186.479	1.087.835	841.827	6.848.959	14.926.099	56.524.925	82.416.124	15,1	78.231.263	15,2
Coobrigações em cessões de crédito rural	-	-	-	9.692	-	50.982	60.674	-	60.757	-
Créditos abertos para importação	31.439	51.793	84.872	94.317	26.231	1.021.420	1.310.072	0,2	1.411.197	0,3
Créditos de exportação confirmados	1.444	1.602	-	5.378	22.832	-	31.256	-	20.227	-
<b>Total - Contas de compensação</b>	<b>2.219.362</b>	<b>1.141.230</b>	<b>926.699</b>	<b>6.958.346</b>	<b>14.975.162</b>	<b>57.597.327</b>	<b>83.818.126</b>	<b>15,3</b>	<b>79.723.444</b>	<b>15,5</b>
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>51.263.960</b>	<b>32.058.065</b>	<b>26.906.710</b>	<b>60.946.635</b>	<b>97.622.689</b>	<b>278.554.093</b>	<b>547.352.152</b>	<b>100,0</b>		
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>58.898.962</b>	<b>34.594.502</b>	<b>25.653.331</b>	<b>62.195.348</b>	<b>81.188.620</b>	<b>252.968.460</b>			<b>515.499.223</b>	<b>100,0</b>



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

	R\$ mil								
	Curso anormal								
	Parcelas vencidas								
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Total em 30 de junho de 2020 (B)	% (4)	Total em 31 de dezembro de 2019 (B)	% (4)
Empréstimos e títulos descontados (1)	979.053	934.957	1.135.381	2.547.218	3.587.067	9.183.676	87,0	9.321.134	81,4
Financiamentos	190.001	154.492	118.466	237.334	180.620	880.913	8,3	988.523	8,6
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.583	17.759	14.102	14.331	37.346	110.121	1,0	165.321	1,4
<b>Subtotal</b>	<b>1.195.637</b>	<b>1.107.208</b>	<b>1.267.949</b>	<b>2.798.883</b>	<b>3.805.033</b>	<b>10.174.710</b>	<b>96,3</b>	<b>10.474.978</b>	<b>91,4</b>
Operações de arrendamento mercantil	1.192	843	735	1.595	579	4.944	-	25.473	0,2
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	5.784	-	2.486	-	-	8.270	0,1	372.646	3,3
<b>Subtotal</b>	<b>1.202.613</b>	<b>1.108.051</b>	<b>1.271.170</b>	<b>2.800.478</b>	<b>3.805.612</b>	<b>10.187.924</b>	<b>96,4</b>	<b>10.873.097</b>	<b>94,9</b>
Outros créditos (3)	78.715	187.080	20.006	46.695	44.311	376.807	3,6	590.180	5,1
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.281.328</b>	<b>1.295.131</b>	<b>1.291.176</b>	<b>2.847.173</b>	<b>3.849.923</b>	<b>10.564.731</b>	<b>100,0</b>		
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.353.534</b>	<b>1.410.271</b>	<b>1.686.642</b>	<b>2.792.308</b>	<b>4.220.522</b>			<b>11.463.277</b>	<b>100,0</b>

	R\$ mil									
	Curso anormal									
	Parcelas vincendas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30 de junho de 2020 (C)	% (4)	Total em 31 de dezembro de 2019 (C)	% (4)
Empréstimos e títulos descontados (1)	546.540	464.939	454.476	1.078.356	1.711.392	4.310.034	8.565.737	69,6	10.388.294	66,4
Financiamentos	174.278	157.103	155.914	414.162	663.920	1.956.427	3.521.804	28,6	5.001.646	32,0
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.592	2.333	811	6.081	22.433	26.890	60.140	0,5	70.669	0,5
<b>Subtotal</b>	<b>722.410</b>	<b>624.375</b>	<b>611.201</b>	<b>1.498.599</b>	<b>2.397.745</b>	<b>6.293.351</b>	<b>12.147.681</b>	<b>98,7</b>	<b>15.460.609</b>	<b>98,9</b>
Operações de arrendamento mercantil	1.200	1.140	1.142	3.268	7.177	55.711	69.638	0,6	105.184	0,7
<b>Subtotal</b>	<b>723.610</b>	<b>625.515</b>	<b>612.343</b>	<b>1.501.867</b>	<b>2.404.922</b>	<b>6.349.062</b>	<b>12.217.319</b>	<b>99,3</b>	<b>15.565.793</b>	<b>99,6</b>
Outros créditos (3)	9.611	7.238	6.543	17.553	19.495	34.380	94.820	0,7	66.965	0,4
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>733.221</b>	<b>632.753</b>	<b>618.886</b>	<b>1.519.420</b>	<b>2.424.417</b>	<b>6.383.442</b>	<b>12.312.139</b>	<b>100,0</b>		
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>914.045</b>	<b>792.928</b>	<b>762.050</b>	<b>1.794.141</b>	<b>2.939.535</b>	<b>8.430.059</b>			<b>15.632.758</b>	<b>100,0</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

	R\$ mil			
	Total geral			
	Total em 30 de junho de 2020 (A+B+C)	% (4)	Total em 31 de dezembro de 2019 (A+B+C)	% (4)
Empréstimos e títulos descontados (1)	234.242.557	41,1	205.281.722	37,9
Financiamentos	167.772.818	29,4	150.527.846	27,7
Financiamentos rurais e agroindustriais	19.543.264	3,4	20.628.838	3,8
<b>Subtotal</b>	<b>421.558.639</b>	<b>73,9</b>	<b>376.438.406</b>	<b>69,4</b>
Operações de arrendamento mercantil	2.982.918	0,5	2.857.515	0,5
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	12.971.198	2,3	16.057.264	3,0
<b>Subtotal</b>	<b>437.512.755</b>	<b>76,7</b>	<b>395.353.185</b>	<b>72,9</b>
Outros créditos (3)	41.179.481	7,2	58.033.007	10,7
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>478.692.236</b>	<b>83,9</b>	<b>453.386.192</b>	<b>83,6</b>
Aquisição de recebíveis - cartões de crédito	7.718.660	1,4	9.485.622	1,7
<b>Subtotal</b>	<b>486.410.896</b>	<b>85,3</b>	<b>462.871.814</b>	<b>85,3</b>
Avais e fianças	82.416.124	14,5	78.231.263	14,4
Coobrigações em cessões de crédito - rural	60.674	-	60.757	-
Créditos abertos para importação	1.310.072	0,2	1.411.197	0,3
Créditos de exportação confirmados	31.256	-	20.227	-
<b>Total - Contas de compensação</b>	<b>83.818.126</b>	<b>14,7</b>	<b>79.723.444</b>	<b>14,7</b>
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>570.229.022</b>	<b>100,0</b>		
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>			<b>542.595.258</b>	<b>100,0</b>

(1) Inclui os empréstimos de operações com cartões de crédito no montante de R\$ 11.666.443 mil (Em dezembro 2019 - R\$ 13.499.626 mil);

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outros Passivos Financeiros";

(3) A rubrica "Outros Créditos" compreende créditos por avais e fianças honrados, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber, rendas a receber sobre contratos de câmbio, créditos decorrentes de contratos de exportação e créditos a receber relativos a cartões de crédito (compras à vista e parcelado lojistas), no montante de R\$ 25.963.071 mil (Em dezembro 2019 - R\$ 33.977.701 mil); e

(4) Relação entre modalidade e o total da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, cessão de créditos e aquisição de recebíveis, coobrigações em cessão de crédito rural, créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

### b) Modalidades e níveis de risco

	R\$ mil												
	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30 de junho de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	23.418.343	115.872.308	23.373.134	32.156.670	8.685.869	6.878.609	3.958.173	3.368.455	16.530.996	234.242.557	41,7	205.281.722	38,7
Financiamentos	107.349.313	25.147.039	18.950.124	8.722.219	2.481.252	2.236.096	863.536	481.164	1.542.075	167.772.818	29,9	150.527.846	28,3
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.982.131	7.618.206	4.525.175	1.171.215	82.403	38.752	29.772	13.432	82.178	19.543.264	3,5	20.628.838	3,9
<b>Subtotal</b>	<b>136.749.787</b>	<b>148.637.553</b>	<b>46.848.433</b>	<b>42.050.104</b>	<b>11.249.524</b>	<b>9.153.457</b>	<b>4.851.481</b>	<b>3.863.051</b>	<b>18.155.249</b>	<b>421.558.639</b>	<b>75,1</b>	<b>376.438.406</b>	<b>70,9</b>
Operações de arrendamento mercantil	572.631	959.782	1.309.965	24.950	23.369	4.350	1.002	15.348	71.521	2.982.918	0,5	2.857.515	0,5
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	4.967.300	2.320.869	3.962.226	1.378.748	89.729	53.170	26.459	69.071	103.626	12.971.198	2,3	16.057.264	3,0
<b>Subtotal</b>	<b>142.289.718</b>	<b>151.918.204</b>	<b>52.120.624</b>	<b>43.453.802</b>	<b>11.362.622</b>	<b>9.210.977</b>	<b>4.878.942</b>	<b>3.947.470</b>	<b>18.330.396</b>	<b>437.512.755</b>	<b>78,0</b>	<b>395.353.185</b>	<b>74,4</b>
Outros créditos	9.887.544	19.451.009	6.099.808	4.522.004	300.419	162.744	72.410	57.441	626.102	41.179.481	7,3	58.033.007	10,9
<b>Subtotal</b>	<b>152.177.262</b>	<b>171.369.213</b>	<b>58.220.432</b>	<b>47.975.806</b>	<b>11.663.041</b>	<b>9.373.721</b>	<b>4.951.352</b>	<b>4.004.911</b>	<b>18.956.498</b>	<b>478.692.236</b>	<b>85,3</b>	<b>453.386.192</b>	<b>85,3</b>
Garantias financeiras prestadas (3)	71.146.937	3.021.808	1.526.244	257.668	4.411.778	2.051.689	-	-	-	82.416.124	14,7	78.231.263	14,7
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>223.324.199</b>	<b>174.391.021</b>	<b>59.746.676</b>	<b>48.233.474</b>	<b>16.074.819</b>	<b>11.425.410</b>	<b>4.951.352</b>	<b>4.004.911</b>	<b>18.956.498</b>	<b>561.108.360</b>	<b>100,0</b>		
<b>%</b>	<b>39,8</b>	<b>31,1</b>	<b>10,6</b>	<b>8,6</b>	<b>2,9</b>	<b>2,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,7</b>	<b>3,4</b>	<b>100,0</b>			
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>207.679.788</b>	<b>175.502.672</b>	<b>51.031.987</b>	<b>47.815.056</b>	<b>12.384.499</b>	<b>10.164.953</b>	<b>4.141.029</b>	<b>4.036.499</b>	<b>18.860.972</b>			<b>531.617.455</b>	<b>100,0</b>
<b>%</b>	<b>39,1</b>	<b>33,0</b>	<b>9,6</b>	<b>9,0</b>	<b>2,3</b>	<b>1,9</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>3,5</b>			<b>100,0</b>	

(1) Relação entre a modalidade e o total da carteira de crédito sem avais e fianças, cessão de créditos e aquisição de recebíveis, coobrigações e cessão de créditos rural;

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outros Passivos Financeiros"; e

(3) A provisão para cobertura das perdas, associadas às garantias financeiras prestadas, estão sendo avaliadas conforme facultado pela Resolução nº 4.512/16 do CMN, maiores informações sobre a metodologia utilizada veja Nota 20a I.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

### c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

#### I) Níveis de risco

	R\$ mil												
	Níveis de risco												
	Operações em curso anormal (3)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30 de junho de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas vincendas	-	-	1.623.203	1.835.427	1.776.354	1.188.257	1.064.731	903.266	3.920.901	12.312.139	100,0	15.632.758	100,0
1 a 30	-	-	125.600	136.581	81.869	63.091	57.340	49.411	219.329	733.221	6,0	914.045	5,8
31 a 60	-	-	104.437	110.144	68.140	56.211	55.275	43.867	194.679	632.753	5,1	792.928	5,1
61 a 90	-	-	105.629	106.001	71.766	53.810	51.176	42.001	188.503	618.886	5,0	762.050	4,9
91 a 180	-	-	191.832	226.640	204.940	144.497	136.082	114.784	500.645	1.519.420	12,3	1.794.141	11,5
181 a 360	-	-	286.210	354.251	333.343	236.169	218.585	181.988	813.871	2.424.417	19,7	2.939.535	18,8
Acima de 360	-	-	809.495	901.810	1.016.296	634.479	546.273	471.215	2.003.874	6.383.442	51,9	8.430.059	53,9
Parcelas vencidas (2)	-	-	379.224	753.875	1.061.976	946.722	901.826	832.951	5.688.157	10.564.731	100,0	11.463.277	100,0
1 a 14	-	-	7.406	39.242	28.010	20.515	20.050	13.978	241.039	370.240	3,5	297.920	2,6
15 a 30	-	-	354.670	170.218	124.487	64.635	31.772	26.164	139.142	911.088	8,6	1.055.614	9,2
31 a 60	-	-	17.148	523.852	172.734	89.644	65.265	47.045	379.443	1.295.131	12,3	1.410.271	12,3
61 a 90	-	-	-	16.290	707.968	136.066	93.684	53.010	284.158	1.291.176	12,2	1.686.642	14,7
91 a 180	-	-	-	4.273	28.777	621.391	665.873	665.177	861.682	2.847.173	26,9	2.792.308	24,4
181 a 360	-	-	-	-	-	14.471	25.182	27.577	3.754.373	3.821.603	36,2	4.157.796	36,3
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	28.320	28.320	0,3	62.726	0,5
Subtotal	-	-	2.002.427	2.589.302	2.838.330	2.134.979	1.966.557	1.736.217	9.609.058	22.876.870		27.096.035	
Provisão específica	-	-	20.024	77.679	283.833	640.494	983.279	1.215.351	9.609.058	12.829.718		14.403.070	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

	R\$ mil												
	Níveis de risco												
	Operações em curso normal (2)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30 de junho de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)
<b>Parcelas vincendas</b>	<b>152.099.411</b>	<b>170.981.724</b>	<b>56.162.876</b>	<b>45.206.709</b>	<b>8.752.244</b>	<b>7.215.816</b>	<b>2.975.777</b>	<b>2.260.817</b>	<b>9.294.987</b>	<b>454.950.361</b>	<b>99,8</b>	<b>424.599.216</b>	<b>99,6</b>
1 a 30	8.852.613	21.855.054	6.360.991	5.376.901	360.866	267.584	100.852	328.493	718.181	44.221.535	9,7	51.062.002	12,0
31 a 60	7.836.054	11.712.592	5.154.266	3.706.582	541.911	181.127	101.991	43.686	339.125	29.617.334	6,5	32.688.533	7,7
61 a 90	6.471.330	9.738.308	3.867.127	3.343.747	405.553	172.774	59.094	43.556	392.680	24.494.169	5,4	23.962.044	5,6
91 a 180	16.188.065	19.519.961	7.266.980	6.287.687	1.509.063	1.075.467	156.708	196.888	976.865	53.177.684	11,7	53.011.952	12,4
181 a 360	27.621.190	33.940.421	9.824.784	8.138.012	984.118	645.307	295.838	301.404	731.799	82.482.873	18,1	67.226.042	15,8
Acima de 360	85.130.159	74.215.388	23.688.728	18.353.780	4.950.733	4.873.557	2.261.294	1.346.790	6.136.337	220.956.766	48,5	196.648.643	46,1
<b>Vencidas até 14 dias</b>	<b>77.851</b>	<b>387.489</b>	<b>55.129</b>	<b>179.795</b>	<b>72.467</b>	<b>22.926</b>	<b>9.018</b>	<b>7.877</b>	<b>52.453</b>	<b>865.005</b>	<b>0,2</b>	<b>1.690.941</b>	<b>0,4</b>
<b>Subtotal</b>	<b>152.177.262</b>	<b>171.369.213</b>	<b>56.218.005</b>	<b>45.386.504</b>	<b>8.824.711</b>	<b>7.238.742</b>	<b>2.984.795</b>	<b>2.268.694</b>	<b>9.347.440</b>	<b>455.815.366</b>	<b>100,0</b>	<b>426.290.157</b>	<b>100,0</b>
Provisão genérica	-	856.846	562.180	1.361.595	882.471	2.171.623	1.492.398	1.588.086	9.347.440	18.262.639		15.376.291	
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>152.177.262</b>	<b>171.369.213</b>	<b>58.220.432</b>	<b>47.975.806</b>	<b>11.663.041</b>	<b>9.373.721</b>	<b>4.951.352</b>	<b>4.004.911</b>	<b>18.956.498</b>	<b>478.692.236</b>			
Provisão existente	-	1.929.790	1.485.197	4.445.805	2.796.547	5.777.684	3.882.380	3.813.735	18.956.498	43.087.636			
Provisão mínima requerida	-	856.846	582.204	1.439.274	1.166.304	2.812.117	2.475.677	2.803.437	18.956.498	31.092.357			
Provisão complementar	-	1.072.944	902.993	3.006.531	1.630.243	2.965.567	1.406.703	1.010.298	-	11.995.279			
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>142.003.181</b>	<b>171.126.042</b>	<b>49.372.456</b>	<b>47.721.211</b>	<b>7.980.539</b>	<b>8.144.263</b>	<b>4.141.029</b>	<b>4.036.499</b>	<b>18.860.972</b>			<b>453.386.192</b>	
Provisão existente	-	976.271	579.436	4.157.651	1.945.027	3.578.467	2.607.301	3.958.604	18.860.972			36.663.729	
Provisão mínima requerida	-	855.630	493.726	1.431.636	798.054	2.443.279	2.070.515	2.825.549	18.860.972			29.779.361	
Provisão complementar	-	120.641	85.710	2.726.015	1.146.973	1.135.188	536.786	1.133.055	-			6.884.368	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

### II) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	R\$ mil							
	Saldo da carteira							
	Curso anormal			Curso normal	Total	% (1)	% Acumulado em 30 de junho de 2020 (2)	% Acumulado em 31 de dezembro de 2019 (2)
	Vencidas	Vincendas	Total - curso anormal					
AA	-	-	-	152.177.262	152.177.262	31,8	31,8	31,3
A	-	-	-	171.369.213	171.369.213	35,8	67,6	69,0
B	379.224	1.623.203	2.002.427	56.218.005	58.220.432	12,2	79,8	79,9
C	753.875	1.835.427	2.589.302	45.386.504	47.975.806	10,0	89,8	90,4
<b>Subtotal</b>	<b>1.133.099</b>	<b>3.458.630</b>	<b>4.591.729</b>	<b>425.150.984</b>	<b>429.742.713</b>	<b>89,8</b>		
D	1.061.976	1.776.354	2.838.330	8.824.711	11.663.041	2,4	92,2	92,2
E	946.722	1.188.257	2.134.979	7.238.742	9.373.721	2,0	94,2	94,0
F	901.826	1.064.731	1.966.557	2.984.795	4.951.352	1,0	95,2	94,9
G	832.951	903.266	1.736.217	2.268.694	4.004.911	0,8	96,0	95,8
H	5.688.157	3.920.901	9.609.058	9.347.440	18.956.498	4,0	100,0	100,0
<b>Subtotal</b>	<b>9.431.632</b>	<b>8.853.509</b>	<b>18.285.141</b>	<b>30.664.382</b>	<b>48.949.523</b>	<b>10,2</b>		
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>10.564.731</b>	<b>12.312.139</b>	<b>22.876.870</b>	<b>455.815.366</b>	<b>478.692.236</b>	<b>100,0</b>		
<b>%</b>	<b>2,2</b>	<b>2,6</b>	<b>4,8</b>	<b>95,2</b>	<b>100,0</b>			
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>11.463.277</b>	<b>15.632.758</b>	<b>27.096.035</b>	<b>426.290.157</b>	<b>453.386.192</b>			
<b>%</b>	<b>2,5</b>	<b>3,5</b>	<b>6,0</b>	<b>94,0</b>	<b>100,0</b>			

(1) Relação entre nível de risco e total da carteira; e

(2) Relação acumulada entre nível de risco e total da carteira.

### III) Operação

Exposição - Operações de Crédito	R\$ mil							
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>	<b>444.492.856</b>	<b>8.382.547</b>	<b>8.594.794</b>	<b>2.850.691</b>	<b>6.002.083</b>	<b>8.265.331</b>	<b>103.934</b>	<b>478.692.236</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>411.407.364</b>	<b>10.854.637</b>	<b>12.216.194</b>	<b>3.970.341</b>	<b>6.428.711</b>	<b>8.381.323</b>	<b>127.622</b>	<b>453.386.192</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****d) Concentração das operações de crédito**

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Maior devedor	10.530.727	2,2	8.870.762	2,0
Dez maiores devedores	46.862.201	9,8	35.177.697	7,8
Vinte maiores devedores	64.543.005	13,5	51.718.848	11,4
Cinquenta maiores devedores	88.552.904	18,5	76.286.455	16,8
Cem maiores devedores	108.149.281	22,6	92.082.076	20,3

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

**e) Setor de atividade econômica**

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2020	%	Em 31 de dezembro de 2019	%
<b>Setor público</b>	<b>11.789.859</b>	<b>2,5</b>	<b>8.899.863</b>	<b>2,0</b>
Petróleo, derivados e atividades agregadas	10.530.727	2,2	8.870.762	2,0
Energia elétrica	1.222.015	0,3	3.032	-
Demais setores	37.117	-	26.069	-
<b>Setor privado</b>	<b>466.902.377</b>	<b>97,5</b>	<b>444.486.329</b>	<b>98,0</b>
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>233.796.723</b>	<b>48,8</b>	<b>213.825.511</b>	<b>47,2</b>
Atividades imobiliárias e construção	21.539.986	4,5	21.695.592	4,8
Varejo	32.763.677	6,8	35.521.621	7,8
Serviços	25.819.339	5,4	20.133.981	4,4
Transportes e concessão	21.703.473	4,5	20.807.687	4,6
Automobilística	22.949.568	4,8	12.723.830	2,8
Alimentícia	12.852.297	2,7	11.067.069	2,4
Atacado	14.907.197	3,1	14.327.816	3,2
Energia elétrica	4.003.052	0,8	2.868.563	0,6
Siderurgia e metalurgia	9.309.409	1,9	9.022.956	2,0
Açúcar e álcool	6.589.854	1,4	6.191.961	1,4
Holding	2.291.593	0,5	2.940.207	0,6
Bens de capital	3.424.425	0,7	3.197.561	0,7
Papel e celulose	3.460.821	0,7	2.331.950	0,5
Química	4.927.859	1,0	4.787.210	1,1
Cooperativa	3.999.447	0,8	2.843.482	0,6
Financeiro	2.768.061	0,6	1.904.654	0,4
Lazer e turismo	3.689.089	0,8	3.401.206	0,8
Têxtil	2.448.451	0,5	2.380.689	0,5
Agricultura	1.823.956	0,4	1.833.734	0,4
Petróleo, derivados e atividades agregadas	2.117.176	0,4	1.715.630	0,4
Demais setores	30.407.993	6,4	32.128.112	7,1
<b>Pessoa física</b>	<b>233.105.654</b>	<b>48,7</b>	<b>230.660.818</b>	<b>50,9</b>
<b>Total</b>	<b>478.692.236</b>	<b>100,0</b>	<b>453.386.192</b>	<b>100,0</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****f) Movimentação da carteira de renegociação**

	R\$ mil	
	2020	2019
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro</b>	<b>19.033.643</b>	<b>17.145.059</b>
Renegociação	15.635.273	9.953.870
Recebimentos/Outros (1)	(8.696.011)	(5.056.264)
Baixas	(2.844.995)	(2.451.440)
<b>Saldo final em 30 de junho</b>	<b>23.127.910</b>	<b>19.591.225</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.773.135	15.278.411
Percentual sobre a carteira de renegociação	68,2%	78,0%

(1) Contempla valores renegociados dentro da Carteira de Renegociação no período apresentado

**g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Empréstimos e títulos descontados	25.422.891	23.536.854
Financiamentos	8.650.507	8.117.227
Financiamentos rurais e agroindustriais	772.270	739.424
<b>Subtotal</b>	<b>34.845.668</b>	<b>32.393.505</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.513.651	4.612.398
<b>Subtotal</b>	<b>37.359.319</b>	<b>37.005.903</b>
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	87.554	122.110
<b>Total</b>	<b>37.446.873</b>	<b>37.128.013</b>



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****h) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PPD líquida****I) Composição - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

Nível de risco	R\$ mil									
	Provisão									
	% Mínimo de provisionamento requerido	Mínima requerida				Complementar	Existente	% Acumulado em 30 de junho de 2020 (1)	% Acumulado em 31 de dezembro de 2019 (1)	
		Específica		Genérica	Total					
Vencidas	Vincendas	Total específica								
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	856.846	856.846	1.072.944	1.929.790	1,1	0,6
B	1,0	3.792	16.232	20.024	562.180	582.204	902.993	1.485.197	2,6	1,2
C	3,0	22.616	55.063	77.679	1.361.595	1.439.274	3.006.531	4.445.805	9,3	8,7
Subtotal		26.408	71.295	97.703	2.780.621	2.878.324	4.982.468	7.860.792	1,8	1,4
D	10,0	106.198	177.635	283.833	882.471	1.166.304	1.630.243	2.796.547	24,0	24,4
E	30,0	284.017	356.477	640.494	2.171.623	2.812.117	2.965.567	5.777.684	61,6	43,9
F	50,0	450.913	532.366	983.279	1.492.398	2.475.677	1.406.703	3.882.380	78,4	63,0
G	70,0	583.065	632.286	1.215.351	1.588.086	2.803.437	1.010.298	3.813.735	95,2	98,1
H	100,0	5.688.157	3.920.901	9.609.058	9.347.440	18.956.498	-	18.956.498	100,0	100,0
Subtotal		7.112.350	5.619.665	12.732.015	15.482.018	28.214.033	7.012.811	35.226.844	72,0	71,7
Total geral em 30 de junho de 2020		7.138.758	5.690.960	12.829.718	18.262.639	31.092.357	11.995.279	43.087.636	9,0	
%		16,6	13,2	29,8	42,4	72,2	27,8	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019		7.928.291	6.474.779	14.403.070	15.376.291	29.779.361	6.884.368	36.663.729		8,1
%		21,6	17,7	39,3	41,9	81,2	18,8	100,0		

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	R\$ mil	
	2020	2019
- Provisão específica (1)	14.403.070	14.063.924
- Provisão genérica (2)	15.376.291	14.061.946
- Provisão complementar (3)	6.884.368	6.881.309
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro</b>	<b>36.663.729</b>	<b>35.007.179</b>
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8h)	15.549.313	10.577.361
Baixas	(9.827.856)	(8.813.386)
Variação Cambial	702.450	(16.144)
<b>Saldo final em 30 de junho (4)</b>	<b>43.087.636</b>	<b>36.755.010</b>
- Provisão específica (1)	12.829.718	13.847.757
- Provisão genérica (2)	18.262.639	16.023.807
- Provisão complementar (3)	11.995.279	6.883.446

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;

(3) A provisão complementar é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos; e

(4) Em 30 de junho de 2020, contempla provisão relacionada a possíveis perdas em cenário econômico adverso, no valor de R\$ 8.858 milhões, alocada na provisão complementar e nas provisões requeridas (conforme resolução 2.682/99) para absorver os impactos de um agravamento do cenário econômico que pode resultar no aumento do nível de inadimplência, como reflexo da falência de empresas, aumento no índice de desemprego, bem como a degradação do valor das garantias.

**III) Despesa de PDD líquida de recuperações**

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Constituição	15.549.313	10.577.361
Recuperações	(2.513.651)	(4.612.398)
<b>Despesa de PDD líquida de recuperações (1)</b>	<b>13.035.662</b>	<b>5.964.963</b>

(1) No 1º semestre de 2020, houve cessão de crédito de operação ativa, no montante de R\$ 582.315 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 32.355 mil e cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios no montante de R\$ 6.862.439 mil (2019 - R\$ 4.013.086 mil), cujo valor de venda foi de R\$ 173.181 mil (2019 - R\$ 83.728 mil).

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****10) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS****Diversos**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Carteira de câmbio (a)	48.734.800	31.215.701
Operações com cartão de crédito	25.963.071	33.977.701
Títulos e créditos a receber	14.862.760	22.658.609
Devedores por depósitos em garantia	16.714.558	16.853.031
Negociação e intermediação de valores	3.511.666	3.704.127
Rendas a receber	3.583.098	2.899.214
Pagamentos a ressarcir	890.588	767.461
Créditos por avais e fianças honrados	126.644	685.042
Outros investimentos	94.348	95.698
Devedores por compra de valores e bens	134.415	165.023
<b>Total</b>	<b>114.615.948</b>	<b>113.021.607</b>

**a) Carteira de câmbio****Saldos patrimoniais**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Ativo – outros instrumentos financeiros</b>		
Câmbio comprado a liquidar	33.350.623	23.782.652
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	5.967	19.091
Direitos sobre vendas de câmbio	15.569.804	7.394.485
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(437.297)	(243.847)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	245.703	263.320
<b>Total</b>	<b>48.734.800</b>	<b>31.215.701</b>
<b>Passivo – outros instrumentos financeiros</b>		
Câmbio vendido a liquidar	17.219.791	7.793.350
Obrigações por compras de câmbio	28.397.478	23.751.316
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(12.971.198)	(16.057.264)
Outras	131	1.368
<b>Total</b>	<b>32.646.202</b>	<b>15.488.770</b>
<b>Carteira de câmbio líquida</b>	<b>16.088.598</b>	<b>15.726.931</b>
<b>Contas de compensação:</b>		
- Créditos abertos para importação	1.310.072	1.411.197
- Créditos de exportação confirmados	31.256	20.227

**Resultado de câmbio****Composição do resultado de operações de câmbio ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
<b>Resultado de operações de câmbio</b>	<b>4.493.107</b>	<b>1.396.237</b>
<b>Ajustes:</b>		
- Rendas de financiamentos de moedas estrangeiras (1)	316.165	83.498
- Rendas de financiamentos à exportação (1)	950.444	872.431
- Despesas de obrigações com banqueiros no exterior (2) (Nota 15d)	(4.883.591)	(857.756)
- Despesas de captações no mercado (3)	(948.667)	(869.301)
- Outros (4)	1.165.418	(22.862)
<b>Total dos ajustes</b>	<b>(3.400.231)</b>	<b>(793.990)</b>
<b>Resultado ajustado de operações de câmbio</b>	<b>1.092.876</b>	<b>602.247</b>

(1) Classificadas na rubrica "Receitas de operações de crédito";

(2) Relativas aos recursos de financiamentos de adiantamentos sobre contratos de câmbio e financiamentos à importação, registradas na rubrica "Despesas de operações de empréstimos e repasses";

(3) Referem-se a despesas com captações, cujos recursos foram aplicados em operações de câmbio; e

(4) Inclui, basicamente, variação cambial de recursos aplicados em moeda estrangeira.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****11) INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS/COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO**

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica “Resultado de Participações em Controladas/Coligadas e de Controle Compartilhado” e, estão demonstrados abaixo:

Empresas (1)	R\$ mil									
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas detidas (em milhares)			Participação direta no capital social	Resultado ajustado	Valor contábil	Ajuste decorrente de avaliação (3)	
			ON	PN	Cotas			Em 30 de junho de 2020	Acumulado em 30 de junho de 2020	Acumulado em 30 de junho de 2019
Bradseg Participações S.A.	17.729.994	36.613.933	8	-	-	97,20%	2.335.869	35.588.743	2.270.465	3.301.875
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	10.463.487	8.508.704	-	-	10.463.487	100,00%	174.815	8.508.704	174.815	645.029
Bradesco Seguros S.A.	8.940.099	19.897.753	49	-	-	6,32%	2.306.171	1.257.538	145.750	194.737
Ágora Investimentos S.A.	865.780	422.925	310.000	-	-	100,00%	6.379	422.925	6.379	12.425
Bradescard Elo Participações S.A.	1.040.000	1.818.836	4.167.605	-	-	100,00%	153.341	1.818.836	153.341	175.925
Embaúba Holdings Ltda.	326.000	518.154	-	-	285.905	87,70%	5.806	454.421	5.092	8.512
BF Promotora de Vendas Ltda.	2.426.220	2.162.784	-	-	2.426.220	100,00%	372	2.162.784	372	10.667
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	420.000	522.180	12.734	12.734	-	20,00%	6.330	104.436	1.266	3.304
Credival - Participações Administração e Assessoria Ltda.	1.021.027	1.048.422	-	-	102.102.670	100,00%	11.201	1.048.422	11.201	24.681
Bankpar Brasil Ltda.	352.000	466.644	-	-	352.000	100,00%	18.778	466.644	18.778	25.862
Ganho/perda cambial das agências no exterior								-	23.734.363	(659.809)
Outros (2)								2.693.444	103.490	103.452
<b>Total Participações em coligadas e controladas</b>								<b>54.526.897</b>	<b>26.625.312</b>	<b>3.846.660</b>

(1) Dados relativos a 30 de junho de 2020;

(2) Basicamente, participações em coligadas e controladas no exterior e nas empresas: Ganant Corretora de Seguros Ltda., Miramar Holdings S.A., Tapajós Holdings Ltda. e Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.; e

(3) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****12) IMOBILIZADO DE USO**

	R\$ mil					
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de depreciação	
					Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Imóveis de uso:						
- Edificações	4%	61.514	(35.930)	(4.604)	20.980	19.911
- Terrenos	-	57.422	-	-	57.422	57.422
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.573.886	(3.070.332)	(56.110)	2.447.444	3.194.032
Sistemas de segurança e comunicações	10%	382.498	(224.682)	-	157.816	151.537
Sistemas de processamento de dados	20 a 40%	4.947.866	(2.970.821)	-	1.977.045	1.734.173
Sistemas de transportes	10 a 20%	193.704	(71.780)	(3.186)	118.738	126.357
Imobilizações em curso	-	313.722	-	-	313.722	2
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>		<b>11.530.612</b>	<b>(6.373.545)</b>	<b>(63.900)</b>	<b>5.093.167</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>						<b>5.283.434</b>

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência "conglomerado prudencial" foi de 32,6%, sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução nº 2.669/99.

**13) INTANGÍVEL****a) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil				
	Taxa amortização (1)	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros (2)	Contrato	7.728.223	(3.399.719)	4.328.504	4.946.763
Software	20%	10.785.182	(8.183.292)	2.601.890	2.215.917
Ágio (3)	Até 20%	10.369.346	(7.766.563)	2.602.783	3.509.882
Outros	Contrato	540.489	(374.166)	166.323	7.754
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>		<b>29.423.240</b>	<b>(19.723.740)</b>	<b>9.699.500</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>29.056.303</b>	<b>(18.375.987)</b>		<b>10.680.316</b>

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico, sendo: (i) Software e Outros registrados em "Outras Despesas Administrativas"; e (ii) Aquisição de Folha e Ágio em "Outras Despesas Operacionais";

(2) Em 30 de junho de 2020, houve perdas por *impairment* em: (i) Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R\$ 1.020 mil; e

(3) Em 30 de junho de 2020, composto, basicamente, pelos ágios na aquisição da participação acionária na Bradescard - R\$ 473.335 mil, Bradescard México - R\$ 13.469 mil, Bradesco BBI - R\$ 77.824 mil, Kirton Bank - R\$ 2.164.209 mil e RCB Investimentos - R\$ 163.046 mil.

**b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe**

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019	Adições/(baixas)	Amortização do período	Em 30 de junho de 2020
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	4.946.763	4.173	(622.432)	4.328.504
Software	2.215.917	767.677	(381.704)	2.601.890
Ágio – Rentabilidade futura	1.906.712	-	(595.108)	1.311.604
Ágio – Baseado em intangíveis e outras razões	1.116.170	-	(302.126)	814.044
Ágio – Diferença de valor de mercado de ativos/passivos	487.000	-	(9.865)	477.135
Outros	7.754	188.693	(30.124)	166.323
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	<b>10.680.316</b>	<b>960.543</b>	<b>(1.941.359)</b>	<b>9.699.500</b>
<b>Em 30 de junho de 2019</b>	<b>12.517.289</b>	<b>1.400.640</b>	<b>(1.881.158)</b>	<b>12.036.771</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****14) OUTROS ATIVOS**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Tributos antecipados	13.601.239	13.658.643
Outros valores e bens (a)	4.596.573	4.602.182
Devedores diversos	2.779.311	3.491.204
Relações interfinanceiras e interdependências	9.365.182	10.083.475
Créditos específicos	84.448	67.499
Outros	2.123.603	997.874
<b>Total</b>	<b>32.550.356</b>	<b>32.900.877</b>

**a) Outros valores e bens****I) Bens não de uso próprio/outros**

	R\$ mil			
	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de provisão	
			Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Imóveis	2.713.333	(1.621.923)	1.091.410	1.103.411
Veículos e afins	458.103	(290.354)	167.749	146.188
Estoques/almoxarifado	6.679	-	6.679	7.558
Máquinas e equipamentos	6.367	(5.705)	662	362
Outros	11.591	(11.549)	42	42
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>	<b>3.196.073</b>	<b>(1.929.531)</b>	<b>1.266.542</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.162.460</b>	<b>(1.904.899)</b>		<b>1.257.561</b>

**II) Despesas antecipadas**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Antecipação para aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	5.580	60.900
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (1)	246.644	544.828
Despesas de propaganda e publicidade (2)	426.025	244.346
Outras (3)	722.251	589.648
<b>Total</b>	<b>1.400.500</b>	<b>1.439.722</b>

(1) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes – crédito consignado;

(2) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros; e

(3) Inclui, basicamente: (i) antecipação de comissões referente à acordo operacional para oferta de cartões de crédito e outros produtos; e (ii) despesas pela emissão de cartões.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****15) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.427.990	-	-	-	1.427.990	1.612.385
Depósitos interfinanceiros	312.103	530.805	104.019	3.427	950.354	369.982
Captações no mercado aberto (a)	218.519.760	2.011.283	700.755	1.416.131	222.647.929	202.896.547
Obrigações por empréstimos (b)	3.845.104	14.632.566	9.068.242	1.704.499	29.250.411	29.305.656
Obrigações por repasses (c)	1.320.270	2.613.069	2.964.926	15.882.577	22.780.842	22.471.344
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>225.425.227</b>	<b>19.787.723</b>	<b>12.837.942</b>	<b>19.006.634</b>	<b>277.057.526</b>	
%	81,4	7,1	4,6	6,9	100,0	
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>203.610.536</b>	<b>22.039.245</b>	<b>11.484.874</b>	<b>19.521.259</b>		<b>256.655.914</b>
%	79,3	8,6	4,5	7,6		100,0

**a) Captações no mercado aberto**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Carteira própria</b>	<b>102.195.193</b>	<b>1.407.584</b>	<b>700.755</b>	<b>1.416.131</b>	<b>105.719.663</b>	<b>157.346.116</b>
• Títulos públicos	88.066.680	360.457	808	-	88.427.945	146.189.725
• Debêntures	4.331.952	-	610.964	13.646	4.956.562	3.559.618
• Exterior	9.796.561	1.047.127	88.983	1.402.485	12.335.156	7.596.773
<b>Carteira de terceiros (1)</b>	<b>108.305.376</b>	<b>200.331</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>108.505.707</b>	<b>38.655.168</b>
<b>Carteira livre movimentação (1)</b>	<b>8.019.191</b>	<b>403.368</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.422.559</b>	<b>6.895.263</b>
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>218.519.760</b>	<b>2.011.283</b>	<b>700.755</b>	<b>1.416.131</b>	<b>222.647.929</b>	
%	98,2	0,9	0,3	0,6	100,0	
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>199.006.890</b>	<b>1.721.158</b>	<b>293.817</b>	<b>1.874.682</b>		<b>202.896.547</b>
%	98,2	0,8	0,1	0,9		100,0

(1) Representada por títulos públicos.

**b) Obrigações por empréstimos**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>No País</b>	<b>-</b>	<b>966.153</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>966.153</b>	<b>-</b>
- Instituições Oficiais	-	966.153	-	-	966.153	-
<b>No Exterior</b>	<b>3.845.104</b>	<b>13.666.413</b>	<b>9.068.242</b>	<b>1.704.499</b>	<b>28.284.258</b>	<b>29.305.656</b>
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>3.845.104</b>	<b>14.632.566</b>	<b>9.068.242</b>	<b>1.704.499</b>	<b>29.250.411</b>	
%	13,1	50,0	31,0	5,9	100,0	
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.087.909</b>	<b>17.530.278</b>	<b>7.812.939</b>	<b>1.874.530</b>		<b>29.305.656</b>
%	7,1	59,8	26,7	6,4		100,0

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****c) Obrigações por repasses**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Do País</b>	<b>1.320.270</b>	<b>2.613.069</b>	<b>2.964.926</b>	<b>15.882.577</b>	<b>22.780.842</b>	<b>22.471.344</b>
- FINAME	253.897	1.815.863	1.807.338	7.348.256	11.225.354	12.092.907
- BNDES	1.066.373	797.206	1.066.422	8.534.171	11.464.172	10.240.069
- Tesouro nacional	-	-	89.846	-	89.846	136.901
- Outras instituições	-	-	1.320	150	1.470	1.467
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.320.270</b>	<b>2.613.069</b>	<b>2.964.926</b>	<b>15.882.577</b>	<b>22.780.842</b>	
<b>%</b>	<b>5,8</b>	<b>11,5</b>	<b>13,0</b>	<b>69,7</b>	<b>100,0</b>	
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>723.873</b>	<b>2.694.394</b>	<b>3.288.118</b>	<b>15.764.959</b>		<b>22.471.344</b>
<b>%</b>	<b>3,2</b>	<b>12,0</b>	<b>14,6</b>	<b>70,2</b>		<b>100,0</b>

**d) Despesas de operações de empréstimos e repasses**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
<b>Empréstimos:</b>		
- No País	6.553	6.678
- No Exterior	26.938.451	(42.096)
<b>Subtotal de empréstimos</b>	<b>26.945.004</b>	<b>(35.418)</b>
<b>Repasses do País:</b>		
- BNDES	293.331	391.563
- FINAME	450.476	399.799
- Tesouro nacional	2.441	2.560
- Outras instituições	2	2
<b>Repasses do Exterior:</b>		
- Obrigações com banqueiros no exterior (Nota 10a)	4.883.591	857.756
<b>Subtotal de repasses</b>	<b>5.629.841</b>	<b>1.651.680</b>
<b>Total</b>	<b>32.574.845</b>	<b>1.616.262</b>



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****16) RECURSOS DE CLIENTES**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos à vista - clientes (1)	41.188.012	-	-	-	41.188.012	38.143.958
Depósitos de poupança (1)	123.270.443	-	-	-	123.270.443	114.177.799
Depósitos à prazo (2)	16.329.188	25.532.293	76.171.035	210.968.867	329.001.383	217.436.990
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>	<b>180.787.643</b>	<b>25.532.293</b>	<b>76.171.035</b>	<b>210.968.867</b>	<b>493.459.838</b>	
%	36,6	5,2	15,4	42,8	100,0	
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>164.494.778</b>	<b>20.878.493</b>	<b>42.560.338</b>	<b>141.825.138</b>		<b>369.758.747</b>
%	44,5	5,6	11,5	38,4		100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

**17) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Títulos e valores mobiliários – País:</b>						
- Letras financeiras (3)	3.063.327	22.657.224	20.590.670	60.330.479	106.641.700	136.074.175
- Letras de crédito imobiliário	2.276.983	5.398.599	6.864.366	11.863.087	26.403.035	27.019.438
- Letras de crédito do agronegócio	1.024.586	7.400.025	5.395.222	3.818.211	17.638.044	13.149.546
- Letras imobiliárias garantidas (2)	-	-	-	6.399.666	6.399.666	5.540.086
<b>Subtotal</b>	<b>6.364.896</b>	<b>35.455.848</b>	<b>32.850.258</b>	<b>82.411.443</b>	<b>157.082.445</b>	<b>181.783.245</b>
<b>Títulos e valores mobiliários – Exterior:</b>						
- Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidas do exterior	-	956.885	677.329	8.877.832	10.512.046	1.982.158
- MTN Program Issues (1)	4	4.632	1.934	1.614.206	1.620.776	1.407.889
<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>961.517</b>	<b>679.263</b>	<b>10.492.038</b>	<b>12.132.822</b>	<b>3.390.047</b>
<b>Certificados de operações estruturadas</b>	<b>33.404</b>	<b>155.569</b>	<b>333.223</b>	<b>907.640</b>	<b>1.429.836</b>	<b>1.124.559</b>
<b>Total geral em 30 de junho de 2020</b>	<b>6.398.304</b>	<b>36.572.934</b>	<b>33.862.744</b>	<b>93.811.121</b>	<b>170.645.103</b>	
%	3,8	21,4	19,8	55,0	100,0	
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.564.172</b>	<b>37.545.997</b>	<b>43.163.330</b>	<b>100.024.352</b>		<b>186.297.851</b>
%	3,0	20,2	23,2	53,6		100,0

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo;

(2) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R\$ 7.067.155 mil, que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução nº 4.598/17 do BACEN, sendo: Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 1 e 2 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 256 e 262 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 21 e 53 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 0,53% do total de ativos e 40,68% do valor de garantia dos imóveis. Atualmente a carteira de crédito dos ativos garantidores está concentrado nos ratings AA e A, sendo o percentual de 90,95% e 7,43% respectivamente. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos, na forma do artigo 11 da Resolução nº 4.598/17 do BACEN, estão localizados no site do Bradesco RI; e

(3) Inclui o valor de R\$ 2.008.607 mil, referente a Letras Financeiras com garantia em ativos financeiros (LFG), registrados de acordo com a Carta Circular nº 4.050 do BACEN de 13 de maio de 2020.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****a) Movimentação de recursos de emissão de títulos**

	R\$ mil	
	2020	2019
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro</b>	<b>186.297.851</b>	<b>162.622.958</b>
Emissões	39.068.011	45.920.175
Juros	4.058.129	5.258.420
Liquidação e pagamentos de juros	(59.347.299)	(35.195.110)
Variação cambial	568.411	(45.214)
<b>Saldo final em 30 de junho</b>	<b>170.645.103</b>	<b>178.561.229</b>

**18) DÍVIDAS SUBORDINADAS****a) Composição por vencimento**

	R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>No País</b>				
<b>Letras Financeiras:</b>				
2020			-	3.288
2022	7	4.305.011	6.566.873	6.426.671
2023	7	1.359.452	2.001.359	1.958.936
2024	7	67.450	90.128	87.316
2025	7	5.425.906	6.058.468	5.943.283
2020	8	7.201	15.243	64.624
2021	8	1.236	2.433	2.364
2023	8	1.706.846	2.749.781	2.671.282
2024	8	136.695	191.620	186.376
2025	8	6.193.653	6.375.740	6.424.128
2026	8	870.300	971.150	952.807
2021	9	7.000	15.293	14.999
2024	9	4.924	8.832	8.375
2025	9	400.944	537.513	525.232
2027	9	144.900	163.631	159.920
2021	10	19.200	51.857	49.621
2022	10	54.143	122.343	118.117
2023	10	688.064	1.255.108	1.225.020
2025	10	284.137	553.333	518.242
2026	10	361.196	540.941	523.687
2027	10	258.743	328.371	319.582
2028	10	248.300	292.347	282.192
2026	11	3.400	5.062	5.009
2027	11	47.046	64.352	62.776
2028	11	74.764	94.889	91.899
Perpétua		9.201.200	9.363.162	9.559.967
<b>Subtotal no País</b>			<b>38.419.829</b>	<b>38.185.713</b>
<b>No Exterior:</b>				
2021	11	8.761.600	8.995.765	6.619.620
2022	11	6.023.600	6.133.275	4.512.729
<b>Subtotal no Exterior</b>			<b>15.129.040</b>	<b>11.132.349</b>
<b>Total geral (1) (2)</b>			<b>53.548.869</b>	<b>49.318.062</b>

(1) Inclui o montante de R\$ 31.283.384 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 34.003.704 mil), referente as dívidas subordinadas registradas no Patrimônio de Referência "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" - Nota 34b; e

(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 19a, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****a) Movimentação das dívidas subordinadas**

	R\$ mil	
	2020	2019
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro</b>	<b>49.318.063</b>	<b>53.652.855</b>
Juros	1.341.995	1.929.107
Liquidação e pagamentos de juros	(1.099.682)	(907.142)
Variação cambial	3.988.493	(150.076)
<b>Saldo final em 30 de junho</b>	<b>53.548.869</b>	<b>54.524.744</b>

**19) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Relações interfinanceiras e interdependências	28.304.595	34.895.068
Carteira de câmbio (Nota 10a)	32.646.202	15.488.770
Obrigações por operações vinculadas a cessão	6.063.789	6.594.471
Negociação e intermediação de valores	4.781.339	4.730.301
<b>Total</b>	<b>71.795.925</b>	<b>61.708.610</b>

**a) Despesas com operações de captações no mercado**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Depósitos de poupança	1.747.802	2.376.793
Depósitos a prazo	3.190.572	3.948.911
Captações no mercado aberto	5.395.297	6.559.428
Recursos de emissão de títulos	4.058.129	5.258.420
Dívidas subordinadas (Nota 18a)	1.341.995	1.929.107
Outras despesas de captação	433.156	284.211
<b>Total</b>	<b>16.166.951</b>	<b>20.356.870</b>

**20) PROVISÕES****a) Outras provisões**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Provisão para contingências (Nota 21b IV)	21.078.573	21.359.797
Provisão para garantias financeiras prestadas (I)	1.987.706	1.972.008
Outras	7.177.385	8.046.647
<b>Total</b>	<b>30.243.664</b>	<b>31.378.452</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****I) Provisão para garantias financeiras prestadas**

Garantias financeiras prestadas são contratos que requerem à Organização fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorrerá quando um devedor específico deixar de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base na melhor estimativa do montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os parâmetros de provisionamento são estabelecidos com base nos modelos internos de gestão de risco de crédito. No caso de operações de varejo são adotados modelos quantitativos, enquanto que no atacado é adotada a combinação de modelos quantitativos com análises individualizadas.

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Aval ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	38.082.955	(837.443)	37.696.763	(848.477)
Fianças bancárias	43.360.425	(1.139.860)	39.593.910	(1.099.140)
Demais	972.744	(10.403)	940.590	(24.391)
<b>Total</b>	<b>82.416.124</b>	<b>(1.987.706)</b>	<b>78.231.263</b>	<b>(1.972.008)</b>

**21) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS****a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis no 2.445/88 e no 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar no 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

**b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

**I - Processos trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

## **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não tem valores individualmente relevantes.

### **II - Processos cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ), estas como, por exemplo, a forma de aplicação de juros nas execuções decorrentes de Ações Cíveis Públicas e sucessão.

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidas condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses, oportunidade em que avaliará os resultados e poderá prorrogar por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo. Os processos que não estão no contexto do acordo, incluindo os relacionados aos bancos incorporados são reavaliados com base no estágio processual de cada um deles.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o andamento de todos os processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

### **III - Provisão para riscos fiscais**

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Organização, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- PIS e Cofins – R\$ 2.656.946 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 2.627.647 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento;
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.664.682 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 1.646.464 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

- IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito – R\$ 1.276.895 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 1.264.448 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96, que só se aplicam às perdas provisórias;
- IRPJ/CSLL sobre MTM – R\$ 632.476 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 626.341 mil): autuação em Dezembro de 2018 de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de exclusões em 2007 de receitas de marcação de Títulos e Valores Mobiliários a valor de mercado;
- INSS - Contribuição ao SAT - R\$ 437.834 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 432.873 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

**IV - Provisões segregadas por natureza**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Processos trabalhistas	6.613.664	6.832.207
Processos cíveis	7.251.616	7.393.985
Provisão para riscos fiscais	7.213.293	7.133.605
<b>Total (Nota 20a)</b>	<b>21.078.573</b>	<b>21.359.797</b>

**V - Movimentação das provisões – Despesas de provisões**

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.832.207</b>	<b>7.393.985</b>	<b>7.133.605</b>
Atualização monetária	396.601	429.850	75.622
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	289.676	75.163	7.262
Pagamentos	(904.820)	(647.382)	(3.196)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>6.613.664</b>	<b>7.251.616</b>	<b>7.213.293</b>

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2020, R\$ 6.404.999 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 5.880.007 mil) para os processos cíveis e R\$ 26.868.755 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 26.404.605 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2013 a 2015 – R\$ 9.355.851 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 9.216.012 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

- COFINS – Anos bases de 2011 e 2012 – R\$ 5.322.220 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 5.172.183 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9. 718/98);
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2016 – R\$ 2.852.013 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 2.809.612 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- ISSQN – Empresas de Arrendamento Mercantil - R\$ 2.548.985 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 2.537.997 mil): se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma de lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário;
- Autuações de Contribuição Previdenciária – Anos bases de 2014 e 2015 – R\$ 1.287.198 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 1.268.227 mil): relativas ao auxílio alimentação e refeição disponibilizados aos empregados, conforme Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, por meio de cartão e não “in natura”;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2005 a 2013 – R\$ 929.089 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 925.806 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 837.417 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 1.187.411 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal; e
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 376.068 mil (Em Dezembro de 2019 – R\$ 372.494 mil): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas.

**d) Outros assuntos**

Em decorrência da chamada “Operação Zelotes”, relacionada a eventual atuação indevida de membros do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, há um processo criminal iniciado no ano de 2016 contra dois ex-membros da Diretoria do Bradesco, que tramita na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. O processo já teve sua fase de instrução encerrada, e aguarda-se a sentença do juízo de primeiro grau.

A Administração da Companhia conduziu criteriosa avaliação interna nos registros e documentos relacionados ao assunto e não encontrou evidências de qualquer conduta ilegal praticada por seus ex-representantes. O Bradesco prestou todas as informações às autoridades e órgãos reguladores competentes, no Brasil e no exterior.

Em razão das notícias sobre a Operação Zelotes, uma ação coletiva (“*Class Action*”) foi ajuizada contra o Bradesco e membros de sua Diretoria Executiva, perante Corte Distrital Americana de Nova York (“Corte”), em 3 de junho de 2016, com fundamento na Seção 10(b) e 20(a) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934 (*Securities Exchange Act of 1934*). Em 1º de julho de 2019, o Bradesco e o *Lead Plaintiff* celebraram acordo (“Acordo”) para encerramento da *Class Action*, com o pagamento de US\$ 14,5 milhões pelo Bradesco. O Acordo foi definitivamente homologado pela Corte em 18 de novembro de 2019 e o processo foi encerrado em relação ao Bradesco e aos membros da sua Diretoria Executiva. A celebração do Acordo não representou reconhecimento de culpa ou admissão de responsabilidade por parte do Bradesco, mas teve por finalidade evitar incertezas, custos e ônus relacionados à continuação da *Class Action*.

Também em decorrência da Operação Zelotes, a Corregedoria Geral do Ministério da Fazenda promoveu um procedimento administrativo investigatório para verificar a necessidade de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização (“PAR”). Em 03 de fevereiro de 2020, foi publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União a decisão de arquivamento do referido procedimento. A decisão

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

proferida pela Corregedora do Ministério da Economia acolheu integralmente o Relatório Final da Comissão Processante, o Parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Despacho Conjunto da Coordenadoria Geral de Gestão e Administração e da Chefia da Divisão de Assessoria e Julgamento, que consagraram expressamente o reconhecimento da inexistência de prova de que o Bradesco tenha prometido, oferecido, dado, direta ou indiretamente, vantagem indevida aos agentes públicos envolvidos na referida operação, nos termos previstos no art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.846 de 2013.

**22) OUTROS PASSIVOS**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Credores Diversos	4.878.470	4.801.199
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.720.849	571.032
Operações com cartão de crédito	2.538.124	3.613.443
Impostos e contribuições a pagar	2.139.957	2.549.738
Obrigações por aquisição de bens e direitos	553.950	659.089
Sociais e estatutárias	1.789.152	895.728
Obrigações por cotas de fundos de investimento	1.536.142	1.620.225
Outros	6.771.483	6.357.276
<b>Total</b>	<b>23.928.127</b>	<b>21.067.730</b>

**23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)****a) Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ordinárias	4.435.106.575	4.031.915.068
Preferenciais	4.435.106.111	4.031.914.646
<b>Subtotal</b>	<b>8.870.212.686</b>	<b>8.063.829.714</b>
Em tesouraria (ordinárias)	(7.307.259)	(6.642.963)
Em tesouraria (preferenciais)	(27.378.542)	(24.889.584)
<b>Total em circulação</b>	<b>8.835.526.885</b>	<b>8.032.297.167</b>

**b) Movimentação do capital social em quantidade de ações**

	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.025.272.105</b>	<b>4.007.025.062</b>	<b>8.032.297.167</b>
Aumento de capital social com emissão de ações - bonificação de 10% (1)	403.191.507	403.191.465	806.382.972
Aumento das ações em tesouraria - bonificação de 10%	(664.296)	(2.488.958)	(3.153.254)
<b>Quantidade de ações em circulação em 30 de junho de 2020</b>	<b>4.427.799.316</b>	<b>4.407.727.569</b>	<b>8.835.526.885</b>

(1) Beneficiou os acionistas inscritos nos registros do Bradesco em 13 de abril de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2020, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 4.000.000 mil, elevando-o de R\$ 75.100.000 mil para R\$ 79.100.000 mil, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 806.382.972 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 403.191.507 ordinárias e 403.191.465 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base, sendo aprovada pelo Bacen em 30 de março de 2020.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****c) Juros sobre o capital próprio/dividendos**

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao 1º semestre de 2020, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	6.888.141	
(-) Reserva legal	344.407	
<b>Base de cálculo ajustada</b>	<b>6.543.734</b>	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais e complementares, pagos e/ou provisionados	2.309.554	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(346.433)	
<b>Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.963.121</b>	<b>30,00</b>
<b>Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2019</b>	<b>3.549.860</b>	<b>31,50</b>

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor pago/ provisionado bruto	IRRF (15%)	Valor pago/ provisionado líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	800.062	120.009	680.053
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,172536	0,189790	1.455.000	218.250	1.236.750
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,199104	0,219014	1.679.042	251.856	1.427.186
Dividendos complementares pagos	0,024413	0,026854	205.871	-	205.871
<b>Total acumulado em 30 de junho de 2019</b>	<b>0,499552</b>	<b>0,549507</b>	<b>4.139.975</b>	<b>590.115</b>	<b>3.549.860</b>
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	901.886	135.283	766.603
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,151749	0,166924	1.407.668	211.150	1.196.518
<b>Total acumulado em 30 de junho de 2020</b>	<b>0,255248</b>	<b>0,280773</b>	<b>2.309.554</b>	<b>346.433</b>	<b>1.963.121</b>

**d) Ações em tesouraria**

Em 30 de junho de 2020, permaneciam em tesouraria 7.307.259 ações ordinárias e 27.378.542 ações preferenciais, no montante de R\$ 440.514 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 19,34962, R\$ 24,55863 e R\$ 27,14350 e por ação PN é de R\$ 19,37456, R\$ 26,98306 e R\$ 33,12855, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2020, era de R\$ 18,96 por ação ON e R\$ 20,70 por ação PN.

**24) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Banco Bradesco BBI S.A. (1)	-	5.882
Outros	61.201	56.585
<b>Total</b>	<b>61.201</b>	<b>62.467</b>

(1) Aquisição da participação minoritária em janeiro de 2020.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Rendas de cartão	3.364.786	3.634.817
Conta corrente	3.902.133	3.782.204
Operações de crédito	1.378.580	1.466.289
Cobrança	910.174	967.652
Administração de consórcios	929.317	910.713
Administração de fundos	800.684	854.076
Serviços de custódia e corretagens	644.044	530.303
Underwriting/Assessoria financeira	424.123	391.054
Arrecadações	235.573	235.800
Outras	300.847	282.575
<b>Total</b>	<b>12.890.261</b>	<b>13.055.483</b>

**26) DESPESAS DE PESSOAL**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Proventos	4.382.768	4.293.301
Benefícios	2.120.998	2.121.190
Encargos sociais	1.498.718	1.447.629
Participação dos empregados nos lucros	634.065	830.838
Treinamentos	48.902	75.787
<b>Total</b>	<b>8.685.451</b>	<b>8.768.745</b>

**27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Depreciação e amortização	2.409.182	2.381.088
Serviços de terceiros	2.055.938	2.055.967
Processamento de dados	1.113.812	1.176.831
Aluguéis	869.327	842.711
Comunicação	640.639	723.429
Manutenção e conservação de bens	603.414	553.131
Serviços do sistema financeiro	503.549	515.244
Segurança e vigilância	370.826	368.912
Propaganda, promoções e publicidade	405.973	439.254
Transportes	333.260	368.062
Arrendamento de bens	384.244	391.301
Água, energia e gás	193.923	220.428
Materiais	71.026	85.463
Viagens	47.229	98.694
Outras	517.079	506.783
<b>Total</b>	<b>10.519.421</b>	<b>10.727.298</b>

**28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Contribuição à Cofins	718.868	1.655.759
Contribuição ao PIS	121.555	273.638
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	536.400	613.798
Despesas com IPTU	85.698	85.950
Outras	311.126	116.201
<b>Total</b>	<b>1.773.647</b>	<b>2.745.346</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****29) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Outras receitas financeiras	809.723	853.271
Reversão de outras provisões operacionais	1.175.366	969.247
Receitas de recuperação de encargos e despesas	208.328	204.753
Outras	478.683	999.334
<b>Total</b>	<b>2.672.100</b>	<b>3.026.605</b>

**30) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Outras despesas financeiras	318.946	558.731
Despesas com perdas diversas	163.029	194.905
Despesas com descontos concedidos	1.282.746	610.000
Despesas com comissão de empréstimos e financiamentos	227.859	306.435
Despesas com comercialização de cartões	1.547.641	1.589.051
Outras	2.672.447	3.427.900
<b>Total</b>	<b>6.212.668</b>	<b>6.687.022</b>

**31) RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	(39.930)	(149.113)
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(33.949)	(184.194)
Outros	40.161	32.214
<b>Total</b>	<b>(33.718)</b>	<b>(301.093)</b>

(1) Inclui, basicamente, a provisão para perdas com bens não de uso (BNDU).

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Ativos</b>								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	33.011	364.217	-	-	33.011	364.217
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	71.504	20.721	643.209	237.863	-	-	714.713	258.584
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	18	9	2.937.449	2.104.111	78.484	88.750	3.015.951	2.192.870
<b>Passivos</b>								
Depósitos à vista e de poupança	65.062	109.767	242.478	47.176	44.468	20.428	352.008	177.371
Depósitos a prazo	2.079.591	1.802.883	4.936.874	5.509.715	168.879	373.047	7.185.344	7.685.645
Captações no mercado aberto	43.631	225.064	250.607	304.008	-	-	294.238	529.072
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	14.291.568	13.697.802	8.904.660	15.525.288	825.812	891.211	24.022.040	30.114.301
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	18.272	7.264	-	-	18.272	7.264
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	487.473	217.765	-	-	-	-	487.473	217.765
Outros passivos	-	-	8.222.452	11.584.185	15.177	6.735	8.237.629	11.590.920

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil							
	Controladores (1)		Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receitas de intermediação financeira	56.014	390	20.439	19.162	-	-	76.453	19.552
Despesas de intermediação financeira	(311.663)	(426.119)	(464.102)	(546.196)	(18.091)	(28.997)	(793.856)	(1.001.312)
Receita de prestação de serviços	62	54	32.966	217.084	47	188	33.075	217.326
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	27.848	(26.168)	(984.633)	(1.057.731)	(81.747)	(123.565)	(1.038.532)	(1.207.464)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 11; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 871.589 mil para remuneração dos Administradores, sendo que, parte deste refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Organização e de R\$ 515.650 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

**Remuneração de curto e médio prazo a administradores**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Remuneração e Contribuição Previdenciária para o INSS	310.695	431.540
<b>Total</b>	<b>310.695</b>	<b>431.540</b>

**Benefícios pós-emprego**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	217.734	244.798
<b>Total</b>	<b>217.734</b>	<b>244.798</b>

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

**Participação acionária**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
• Ações ordinárias	0,56%	0,55%
• Ações preferenciais	1,04%	1,04%
• Total de ações (1)	0,80%	0,79%

(1) Em 30 de junho de 2020, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,72% de ações ordinárias, 1,08% de ações preferenciais e 1,90% do total de ações (Em 31 de dezembro de 2019 - 2,48% de ações ordinárias, 1,07% de ações preferenciais e 1,78% do total de ações).

---

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

---

**33) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL****a) Gerenciamento de Riscos**

O Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos, de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

As estruturas de gerenciamento de riscos e capital possuem políticas, normas e procedimentos, assegurando que a Organização mantenha um controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos. Essas estruturas também são compostas por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer – CRO*) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões. Destacam-se:

- Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho das suas atribuições relacionadas às políticas de gerenciamento e limites de exposição a riscos e assegurar no âmbito da Organização o cumprimento dos processos, políticas, normas relacionadas, e o cumprimento de regulamentações e legislações aplicáveis à Organização; e
- Comitê de Riscos, cujo objetivo principal é avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos.

Ambos, assessoram o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos, do capital, controles internos e *compliance*.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, disponível no site de Relações com Investidores ([bradescori.com.br](http://bradescori.com.br) – Informações ao Mercado – Gerenciamento de Riscos).

**b) Gerenciamento de Capital**

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores, que são monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade, medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. A tabela abaixo demonstra a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme normas do Bacen. Durante o período, o Bradesco cumpriu todos os requerimentos mínimos regulatórios.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil	
	Conglomerado Prudencial	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Patrimônio de referência nível I</b>	<b>109.691.643</b>	<b>100.831.668</b>
Capital principal	100.328.481	91.271.701
Patrimônio líquido	135.133.652	133.723.221
Minoritários/outros	426.828	106.302
Ajustes prudenciais	(35.231.999)	(42.557.822)
Capital complementar	9.363.162	9.559.967
<b>Patrimônio de referência nível II</b>	<b>21.920.222</b>	<b>24.443.737</b>
Dívidas subordinadas (Resolução nº 4.192/13)	20.665.476	21.324.281
Dívidas subordinadas (anteriores a Resolução nº 4.192/13)	1.254.746	3.119.456
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	<b>131.611.865</b>	<b>125.275.405</b>
- Risco de crédito	786.300.497	680.907.697
- Risco de mercado	24.990.013	13.571.488
- Risco operacional	63.720.003	64.572.141
<b>Ativo ponderado pelo risco - RWA (b)</b>	<b>875.010.512</b>	<b>759.051.326</b>
<b>Índice de Basileia (a/b)</b>	<b>15,0%</b>	<b>16,5%</b>
<b>Capital nível I</b>	<b>12,5%</b>	<b>13,3%</b>
- Capital principal	11,5%	12,0%
- Capital Complementar	1,1%	1,3%
<b>Capital nível II</b>	<b>2,5%</b>	<b>3,2%</b>

**c) Indicador de Avaliação de Importância Sistêmica Global (IAISG)**

Conforme definido pela Circular nº 3.751/15 do Bacen, o Bradesco calcula os indicadores para avaliação da importância sistêmica global (IAISG), divulgado no site de Relações com Investidores ([bradescori.com.br](http://bradescori.com.br) - Informações ao Mercado – Gerenciamento de Riscos – Índice de Importância Sistêmica Global – Anexo I e II).

**d) Risco Socioambiental**

O risco socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Os riscos socioambientais associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes, por meio de atividades de financiamento e investimento.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental conta com uma estrutura de governança robusta, composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que permite que o risco seja devidamente identificado, mensurado, mitigado, acompanhado e reportado. Este processo atende a Resolução nº 4.327/14 do Bacen e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

A Organização busca incorporar e aprimorar constantemente os critérios para gerenciar o risco socioambiental oriundo das relações de negócios com os clientes, por meio das operações de crédito e financiamentos, garantias, fornecedores e investimentos, as quais compõem o escopo de análise refletido na Norma de Risco Socioambiental da Organização.

A Organização assumiu diversos compromissos relacionados aos aspectos ambientais e sociais, tais como o *Carbon Disclosure Project* (CDP), os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos), o Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), o Pacto Global, dentre outros.

Além disso, a Organização é signatária dos Princípios do Equador desde 2004, sendo que dentre os requisitos avaliados estão as condições de trabalho, os impactos à comunidade e ao meio ambiente dos projetos financiados pela Organização, observando a legislação brasileira e os padrões e as diretrizes da *International Finance Corporation* (IFC), além das Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Grupo Banco Mundial. Durante o processo de crédito, operações enquadradas em Princípios do Equador passam por análise de risco socioambiental.

Em 2019 e no 1º semestre de 2020 não houve contratação de Serviço de Assessoria e Financiamento a *Project Finance*, bem como de Empréstimo Corporativo a Projetos enquadrados sob os critérios de Princípios do Equador III.

**e) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas e por prazo**

**I - Balanço patrimonial por moedas**

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2020			Em 31 de dezembro de 2019
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)	Estrangeira (1) (2)
<b>Ativo</b>				
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>161.293.513</b>	<b>155.856.978</b>	<b>5.436.535</b>	<b>3.945.862</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>975.055.726</b>	<b>856.456.556</b>	<b>118.599.170</b>	<b>80.444.627</b>
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.739.630	12.383.207	3.356.423	2.758.183
- Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	80.994.656	80.907.208	87.448	46.662
- Títulos e valores mobiliários	315.725.905	278.720.354	37.005.551	22.719.137
- Instrumentos financeiros derivativos	26.420.948	24.646.632	1.774.316	594.548
- Operações de crédito	421.558.639	384.092.318	37.466.321	30.162.221
- Outros instrumentos financeiros	114.615.948	75.706.837	38.909.111	24.163.876
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>2.982.919</b>	<b>2.982.919</b>	-	-
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(43.087.636)</b>	<b>(40.958.338)</b>	<b>(2.129.298)</b>	<b>(1.505.929)</b>
- Operações de crédito	(40.596.242)	(38.466.944)	(2.129.298)	(1.505.929)
- Operações de arrendamento mercantil	(107.870)	(107.870)	-	-
- Outros créditos	(2.383.524)	(2.383.524)	-	-
<b>Créditos tributários</b>	<b>86.268.031</b>	<b>86.256.238</b>	<b>11.793</b>	<b>8.427</b>
<b>Investimentos em controladas/coligadas e entidades controladas em conjunto</b>	<b>54.526.897</b>	<b>54.064.908</b>	<b>461.989</b>	<b>339.926</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>11.530.612</b>	<b>11.383.331</b>	<b>147.281</b>	<b>110.521</b>
<b>Intangível</b>	<b>29.423.240</b>	<b>29.253.904</b>	<b>169.336</b>	<b>133.289</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>(26.097.285)</b>	<b>(25.835.778)</b>	<b>(261.507)</b>	<b>(195.511)</b>
- Imobilizado de uso	(6.373.545)	(6.258.097)	(115.448)	(81.295)
- Intangível	(19.723.740)	(19.577.681)	(146.059)	(114.216)
<b>Outros ativos</b>	<b>32.550.355</b>	<b>32.043.260</b>	<b>507.095</b>	<b>1.287.911</b>
<b>Provisões para redução ao valor recuperável de ativos</b>	<b>(2.622.295)</b>	<b>(2.622.288)</b>	<b>(7)</b>	<b>(6)</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.281.824.077</b>	<b>1.158.881.690</b>	<b>122.942.387</b>	<b>84.569.117</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>1.087.963.430</b>	<b>955.471.080</b>	<b>132.492.350</b>	<b>83.250.614</b>
- Recursos de instituições financeiras	277.057.526	235.791.992	41.265.534	37.430.978
- Recursos de clientes	493.459.838	460.182.701	33.277.137	19.259.442
- Recursos de emissão de títulos	170.645.103	158.512.281	12.132.822	3.390.047
- Dívidas subordinadas	53.548.869	38.419.829	15.129.040	11.132.349
- Instrumentos financeiros derivativos	21.456.169	15.567.078	5.889.091	1.457.142
- Outros passivos financeiros	71.795.925	46.997.199	24.798.726	10.580.656



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2020			Em 31 de dezembro de 2019
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)	Estrangeira (1) (2)
<b>Provisões</b>	<b>30.243.664</b>	<b>29.585.957</b>	<b>657.707</b>	<b>88.174</b>
- Outras provisões	30.243.664	29.585.957	657.707	88.174
<b>Impostos diferidos</b>	<b>4.494.003</b>	<b>4.352.303</b>	<b>141.700</b>	<b>157.751</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>23.928.127</b>	<b>22.637.627</b>	<b>1.290.500</b>	<b>383.984</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.146.629.224</b>	<b>1.012.046.967</b>	<b>134.582.257</b>	<b>83.880.523</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	135.133.652	135.133.652	-	-
Participação de acionistas não controladores	61.201	61.201	-	-
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>135.194.853</b>	<b>135.194.853</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.281.824.077</b>	<b>1.147.241.820</b>	<b>134.582.257</b>	<b>83.880.523</b>
<b>Posição líquida de ativos e passivos</b>			<b>(11.639.870)</b>	<b>688.594</b>
Derivativos - posição líquida (2)			(14.389.364)	(65.993.860)
Outras contas de compensação líquidas (3)			636.330	(4.208)
<b>Posição cambial líquida (passiva) (4)</b>			<b>(25.392.904)</b>	<b>(65.309.474)</b>

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação; e

(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no 1º semestre de 2020 R\$ 23.814.915 mil (1º semestre de 2019 - R\$ (654.308) mil) e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para *hedgear* os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****II - Balanço patrimonial por prazo**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
<b>Ativo</b>						
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>90.143.889</b>	<b>71.149.624</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>161.293.513</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>428.901.739</b>	<b>124.004.897</b>	<b>112.673.866</b>	<b>309.475.224</b>	<b>-</b>	<b>975.055.726</b>
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.890.927	5.582.155	1.621.625	2.644.923	-	15.739.630
- Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	80.994.656	-	-	-	-	80.994.656
- Títulos e Valores Mobiliários	224.656.611	11.154.878	27.522.756	52.391.660	-	315.725.905
- Instrumentos Financeiros Derivativos	2.845.510	5.380.398	1.795.847	16.399.193	-	26.420.948
- Operações de Crédito	37.839.849	81.182.482	77.617.452	224.918.856	-	421.558.639
- Outros Instrumentos Financeiros	<b>76.674.186</b>	<b>20.704.984</b>	<b>4.116.186</b>	<b>13.120.592</b>	<b>-</b>	<b>114.615.948</b>
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>2.980.759</b>	<b>1.638</b>	<b>344</b>	<b>178</b>	<b>-</b>	<b>2.982.919</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>(12.003.457)</b>	<b>(6.290.936)</b>	<b>(5.577.145)</b>	<b>(19.216.098)</b>	<b>-</b>	<b>(43.087.636)</b>
- Operações de Crédito	(10.114.628)	(6.156.263)	(5.342.978)	(18.982.373)	-	(40.596.242)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(5.713)	(8.808)	(10.273)	(83.076)	-	(107.870)
- Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-
- Outros Créditos	(1.883.116)	(125.865)	(223.894)	(150.649)	-	(2.383.524)
<b>Créditos Tributários</b>	<b>21.459</b>	<b>16.637.709</b>	<b>4.815.804</b>	<b>64.793.059</b>	<b>-</b>	<b>86.268.031</b>
<b>Investimentos em controladas/coligadas e entidades controladas em conjunto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54.526.897</b>	<b>54.526.897</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>146.465</b>	<b>732.328</b>	<b>878.795</b>	<b>3.399.479</b>	<b>-</b>	<b>5.157.067</b>
<b>Intangível</b>	<b>290.729</b>	<b>1.451.237</b>	<b>1.750.101</b>	<b>5.979.926</b>	<b>227.507</b>	<b>9.699.500</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>27.764.002</b>	<b>434.851</b>	<b>282.823</b>	<b>4.068.679</b>	<b>-</b>	<b>32.550.355</b>
<b>Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos</b>	<b>(2.622.124)</b>	<b>-</b>	<b>(171)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.622.295)</b>
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>	<b>535.623.461</b>	<b>208.121.348</b>	<b>114.824.417</b>	<b>368.500.447</b>	<b>54.754.404</b>	<b>1.281.824.077</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>503.184.631</b>	<b>129.199.543</b>	<b>97.781.716</b>	<b>337.872.714</b>	<b>62.026.293</b>	<b>1.130.064.897</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>	<b>482.796.908</b>	<b>84.910.261</b>	<b>135.033.226</b>	<b>375.859.873</b>	<b>9.363.162</b>	<b>1.087.963.430</b>
- Recursos de Instituições Financeiras	225.425.227	19.787.723	12.837.942	19.006.634	-	277.057.526
- Recursos de Clientes	180.787.643	25.532.293	76.171.035	210.968.867	-	493.459.838
- Recursos de Emissão de Títulos	6.398.304	36.572.934	33.862.744	93.811.121	-	170.645.103
- Dívidas Subordinadas	916	14.327	9.119.050	35.051.414	9.363.162	53.548.869
- Instrumentos Financeiros Derivativos	5.209.174	2.537.618	1.607.838	12.101.539	-	21.456.169
- Outros Passivos Financeiros	64.975.644	465.366	1.434.617	4.920.298	-	71.795.925

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
<b>Provisões</b>	<b>11.637.739</b>	<b>367.717</b>	<b>537.786</b>	<b>17.700.422</b>	-	<b>30.243.664</b>
- Outras Provisões	11.637.739	367.717	537.786	17.700.422	-	30.243.664
<b>Impostos Diferidos</b>	<b>31.540</b>	<b>7.790</b>	<b>67.054</b>	<b>4.387.619</b>	-	<b>4.494.003</b>
<b>Outros Passivos</b>	<b>22.132.952</b>	<b>111.652</b>	<b>279.538</b>	<b>1.403.985</b>	-	<b>23.928.127</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	-	-	-	-	135.133.652	135.133.652
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	61.201	61.201
<b>Total Patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>135.194.853</b>	<b>135.194.853</b>
<b>Total em 30 de junho de 2020</b>	<b>516.599.139</b>	<b>85.397.420</b>	<b>135.917.604</b>	<b>399.351.899</b>	<b>144.558.015</b>	<b>1.281.824.077</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>462.267.610</b>	<b>84.095.716</b>	<b>99.013.511</b>	<b>341.342.405</b>	<b>143.345.655</b>	<b>1.130.064.897</b>
<b>Ativos Líquidos Acumulados em 30 de junho de 2020</b>	<b>19.024.322</b>	<b>141.748.250</b>	<b>120.655.063</b>	<b>89.803.611</b>		
<b>Ativos líquidos acumulados em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>40.917.021</b>	<b>86.020.848</b>	<b>84.789.053</b>	<b>81.319.362</b>		

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;

(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e

(3) Os depósitos à vista e de poupança estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****34) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, que incorporou em 30.04.2019 o Banco Alvorada S.A. (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição variável e de benefício definido, aos ex-empregados do Baneb, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases.

O Banco Bradesco S.A. patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Kirton Corretora de Seguros S.A., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam um plano de benefício definido, denominado APABA, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., e a Kirton Administração de Serviços para Fundos de Pensão Ltda. patrocina a seus funcionários um plano de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios Kirton Prev, ambos administrados por meio do MultiBRA – Fundo de Pensão.

O Banco Losango S.A. Banco Múltiplo, Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e a Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda. patrocinam três planos de previdência a seus funcionários, que são: Plano de Benefícios Losango I – Parte Básica, na modalidade benefício definido, Plano de Benefícios Losango I – Parte Suplementar e Plano Losango PREVMAIS, os dois últimos na modalidade de contribuição variável, todos administrados pelo MultiBRA – Instituidor – Fundo Múltiplo.

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como complementação de Aposentadoria e Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas com contribuições efetuadas, no 1º semestre de 2020, foi de R\$ 419.188 mil (2019 – R\$ 430.196 mil).

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no 1º semestre de 2020, o montante de R\$ 2.169.900 mil (2019 – R\$ 2.196.977 mil).

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(11.496.505)</b>	<b>13.177.678</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	5.173.427	(5.929.955)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em coligadas e controladas	11.981.390	1.538.664
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(4.010)	334.424
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	1.039.299	1.573.642
Outros valores (1)	202.149	1.175.475
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>18.392.255</b>	<b>(1.307.750)</b>

(1) Inclui, basicamente: (i) a variação cambial de ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior; (ii) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras não bancos, a partir de 2020, e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (iii) as deduções incentivadas.

**b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2020	2019
<b>Impostos correntes:</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos</b>	<b>(1.179.531)</b>	<b>(2.935.772)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	3.472.864	2.305.335
<b>Utilização de saldos iniciais de:</b>		
Base negativa de contribuição social	(24.581)	(255.008)
Prejuízo fiscal	(31.364)	(424.619)
<b>Constituição no período sobre:</b>		
Base negativa de contribuição social	7.178.400	868
Prejuízo fiscal	8.976.467	1.446
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>19.571.786</b>	<b>1.628.022</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>18.392.255</b>	<b>(1.307.750)</b>

**c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização / Baixa	Saldo em 30 de junho de 2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	37.994.398	7.188.337	(2.035.324)	43.147.411
Provisões cíveis	3.321.217	216.541	(280.501)	3.257.257
Provisões fiscais	2.932.775	43.412	(3.178)	2.973.009
Provisões trabalhistas	3.061.381	615.917	(706.497)	2.970.801
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	2.743.561	351.099	(327.979)	2.766.681
Provisão para desvalorização de bens não de uso	831.686	117.028	(106.231)	842.483
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	1.339.411	58.159	(973.136)	424.434
Ágio amortizado	378.400	14.994	(9.256)	384.138
Provisão de juros sobre capital próprio (1)	-	633.448	-	633.448
Outros	4.707.708	1.314.659	(1.250.966)	4.771.401
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>57.310.537</b>	<b>10.553.594</b>	<b>(5.693.068)</b>	<b>62.171.063</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	7.742.774	16.154.867	(55.945)	23.841.696
<b>Subtotal</b>	<b>65.053.311</b>	<b>26.708.461</b>	<b>(5.749.013)</b>	<b>86.012.759</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	9.993	245.285	(6)	255.272
<b>Total dos créditos tributários (Nota 3h)</b>	<b>65.063.304</b>	<b>26.953.746</b>	<b>(5.749.019)</b>	<b>86.268.031</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 35e)</b>	<b>4.618.629</b>	<b>1.440.654</b>	<b>(1.565.280)</b>	<b>4.494.003</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>60.444.675</b>	<b>25.513.092</b>	<b>(4.183.739)</b>	<b>81.774.028</b>

(1) O crédito tributário sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado até o limite fiscal permitido.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico. Em 30 de junho de 2020, não foram constituídos créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias, no montante de R\$ 10.357 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 10.567 mil), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

**d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social**

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2020	3.560.578	2.812.990	13.998	12.471	6.400.037
2021	8.487.685	6.749.883	267.994	216.294	15.721.856
2022	6.828.640	5.432.824	332.644	268.459	12.862.567
2023	7.993.515	6.354.372	401.823	331.918	15.081.628
2024	7.369.287	5.887.297	529.636	463.370	14.249.590
Após 2024	385.792	308.200	11.169.095	9.833.994	21.697.081
<b>Total</b>	<b>34.625.497</b>	<b>27.545.566</b>	<b>12.715.190</b>	<b>11.126.506</b>	<b>86.012.759</b>

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 82.175.110 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 62.299.843 mil), sendo: R\$ 60.415.605 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 55.166.007 mil) de diferenças temporárias e; R\$ 21.759.505 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 7.133.836 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

**e) Obrigações fiscais diferidas**

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 30 de junho de 2020
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.363	721.331	(3.362)	721.332
Superveniência de depreciação	237.400	17.402	(3.485)	251.317
Atualização de depósitos judiciais	1.942.762	62.102	(923)	2.003.941
Outros	806.362	639.508	(44.911)	1.400.959
<b>Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias</b>	<b>2.989.887</b>	<b>1.440.343</b>	<b>(52.681)</b>	<b>4.377.549</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1.628.742	311	(1.512.599)	116.454
<b>Total dos impostos diferidos (Nota 35c)</b>	<b>4.618.629</b>	<b>1.440.654</b>	<b>(1.565.280)</b>	<b>4.494.003</b>

**36) OUTRAS INFORMAÇÕES**

- A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2020 atingiram R\$ 940.430.027 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 1.000.818.236 mil).
- Investimentos Sociais Privados

Durante o 1º semestre de 2020, os Investimentos Sociais Privados realizados pelo Bradesco e demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial totalizaram R\$ 102.734 mil (2019 – R\$ 44.484 mil).

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial****c) Recursos de Consórcios**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	653.259	670.865
Obrigações do grupo por contribuições	33.252.427	35.317.947
Consoiciados – bens a contemplar	29.132.545	31.268.865
Créditos à disposição de consorciados	6.765.211	6.251.300

	Em unidades	
	Em 30 de junho de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Quantidade de grupos administrados	3.449	3.537
Quantidade de bens pendentes de entrega	130.454	119.223
Quantidade de bens entregues totais	2.028.589	1.937.381
Quantidade de consorciados ativos totais	1.550.043	1.616.675
Quantidade de desistentes e cancelados totais	1.402.353	1.347.640
Taxa de inadimplência	3,95%	3,79%

	Acumulado em 30 de junho - em unidades	
	2020	2019
Quantidade de bens entregues no semestre	122.176	114.072
Quantidade de consorciados ativos no semestre	180.390	139.333
Quantidade de desistentes e cancelados no semestre	167.085	127.944

**d) No 1º semestre de 2020, houve alterações nas regras de recolhimento compulsório conforme quadro a seguir:**

Descrição	Norma Anterior	Norma Atual
Depósitos de Poupança	Circular nº 3.975 de 8 de janeiro de 2020 Sobre a exigibilidade do recolhimento compulsório: - Aliquota de 20% sobre a base de cálculo apurada. - Período de Movimentação: Início na segunda-feira da segunda semana seguinte ao período de cálculo e término na sexta-feira da mesma semana.	Circular nº 4.033 de 24/06/2020 Altera a circular nº 3.975 para estabelecer dedução sobre a exigibilidade do recolhimento compulsório as operações abaixo:  - Saldo de operações de crédito para financiamento de capital de giro - Saldo de aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) - Período: Operações contratadas e às aplicações realizadas a partir de 22/06/2020 até 31/12/2020. - Limitado até 30% da exigibilidade do recolhimento compulsório.
Recursos a Prazo	Circular nº 3.916 de 22 de novembro de 2018 Sobre a exigibilidade do recolhimento compulsório: - Aliquota de 17% sobre a base de cálculo apurada. - Aliquota de 25% sobre a base de cálculo apurada a partir do período de cálculo início em 30/11/20 até 04/12/2020. - Período de Movimentação: Início na segunda-feira da segunda semana seguinte ao período de cálculo e término na sexta-feira da mesma semana.	Circular nº 3.997 de 6/4/2020 Altera a circular nº 3.916 e estabelece deduções sobre a exigibilidade do recolhimento compulsório das operações abaixo:  - 15% do saldo devedor dos financiamentos concedidos pelo Programa Emergencial de Suporte a Empregos, MP nº 944, de 3 de abril de 2020. Circular nº 4.001 de 13/4/2020 Altera a circular nº 3.916 e estabelece deduções sobre a exigibilidade do recolhimento compulsório das operações abaixo:  - Saldo de Letras Financeiras de emissão própria recompradas pela instituição financeira emissora. - Limitada até 15% da exigibilidade do recolhimento compulsório.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

- e) A Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo normas emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board. Conforme requerido pela Resolução, o Bradesco divulgou em seu website, em 06 de março de 2020, suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018, preparadas de acordo com o IFRS.
- f) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, com a prática de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar se essas medidas serão suficientes para evitar uma recessão global em 2020.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Nesse contexto, além das diversas medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros, em junho/20, para 2,25% a.a., o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus, principalmente por meio da:

- **16/03/20** Resolução nº 4.782/20, que visa facilitar a renegociação de operações de créditos de empresas, permitindo ajustes nos fluxos de caixa das empresas e dispensando os bancos de aumentarem o provisionamento;
- **16/03/20** Resolução nº 4.783/20, que reduziu os requerimentos mínimos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito nos bancos;
- **18/03/20** Resolução nº 4.784/20, que desobriga os bancos a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de hedge de moeda estrangeira para sua participação em investimentos no exterior, um dos mecanismos usados pelos bancos para se protegerem das variações cambiais;
- **19/03/20** Circular nº 3.991/20, a qual dispensou-se a antecedência de comunicação da alteração de horário de atendimento e o cumprimento do horário obrigatório e ininterrupto no caso de bancos múltiplos, como nós;
- **23/03/20** Resolução nº 4.786/20, que visa assegurar a manutenção de níveis adequados de liquidez no Sistema Financeiro Nacional, autorizando o Banco Central do Brasil a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez (“LTEL”), regulamentada pela Circular nº 3.994/20;
- **23/03/20** Circular nº 3.993/20, que reduziu a alíquota do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, de 25% para 17%, e aperfeiçoa as regras do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (“LCR”). O efeito prático e conjunto destas medidas é a melhora das condições de liquidez do Sistema Financeiro Nacional;
- **30/03/20** Medida Provisória 930/20, que visa eliminar a assimetria de tratamento tributário entre os resultados da variação cambial do investimento de bancos no exterior e o resultado do



## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

hedge/overhedge para a proteção cambial desse investimento. Em momentos de maior volatilidade, como o atual, as variações cambiais fazem com que o overhedge aumente o consumo de capital dos bancos e ampliam a própria volatilidade do mercado, com efeitos negativos para sua funcionalidade. A Medida visa a corrigir essa assimetria, eliminando tal efeito negativo no mercado cambial e nos bancos.

- **02/04/20** Resolução nº 4.795, que autoriza o Banco Central do Brasil a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG).
- **06/04/20** Circular nº 3.997/20, Alteram a Circular nº 3.916, de 22 de novembro de 2018, que define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, para estabelecer dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório de parcela dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020.
- **09/04/20** Resolução nº 4.803/20, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas pelas instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil, devido à pandemia da Covid-19. Com essa resolução, fica permitida a reclassificação das operações renegociadas entre 1 de março e 30 de setembro de 2020 para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020; e
- **13/04/20** Circular nº 4.001/20, Alteram a Circular nº 3.916, de 22 de novembro de 2018, que define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, para estabelecer dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório de parcela da aquisição de Letras Financeiras de emissão própria no mercado secundário.
- **25/05/20** Resolução Nº 4.820, que estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.
- **23/06/20** Circular nº 4.030/20, Altera a Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.
- **24/06/20** Circular nº 4.033/20, Altera a Circular nº 3.975, de 8 de janeiro de 2020, que institui o recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança, para estabelecer deduções de exigibilidade de saldo de operações de crédito para financiamento de capital de giro e de saldo de aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) de instituições não pertencentes ao mesmo conglomerado.

Além das medidas mencionadas, o Poder Executivo e Legislativo tem se movimentado a fim de aprovar projetos de Lei que minimizem a repercussão do Covid-19, inclusive propondo suspensão temporária de tributos (tais como a desoneração do IOF sobre operações de crédito e o diferimento do PIS/COFINS) e concedendo benefícios fiscais aos setores da economia/trabalhadores mais afetados.

Entretanto, mesmo com todas essas ações, as projeções apontam que o Brasil enfrentará uma recessão em 2020 com todos os desdobramentos em termos de negócios. A maior parte das nossas operações ocorre no mercado doméstico e, conseqüentemente, nosso resultado é impactado significativamente pelas condições macroeconômicas locais.

Não podemos controlar, e nem temos como prever quais medidas ou políticas o governo poderá adotar em resposta à atual, ou à futura situação econômica brasileira, nem como a intervenção ou as políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas. Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

- **Instrumentos financeiros:** cujo valor de mercado pode variar de forma significativa dada a volatilidade de preços destes ativos, principalmente aqueles emitidos por empresas privadas que incluem um maior risco de crédito;
- **operações de crédito:** as quais poderemos enfrentar elevação em nosso nível de atraso no pagamento de empréstimos, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da crise, na medida em que a situação econômica se agrave, bem como enfrentar desafios significativos ao tomar posse e realizar o valor advindo de garantias relacionadas com empréstimos em inadimplência. Para 30 de junho de 2020, considerando os fatos e informações disponíveis, complementamos nosso nível de provisionamento, conforme descrito na nota explicativa nº 10h II;
- **créditos tributários:** cuja realização dependerá do resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso esta se prolongue por um longo período de tempo;
- **ativos intangíveis:** que podem ter seu valor recuperável impactado em função das distorções provocadas pela crise em suas principais premissas de realização, tais como as taxas de retornos inicialmente esperadas;
- **captações:** uma vez que a volatilidade, bem como incertezas nos mercados de crédito e capitais geralmente reduzem a liquidez, pode haver elevação dos custos de captação para instituições financeiras, impactando nossa capacidade em substituir, oportunamente e a custos reduzidos, as obrigações que estão vencendo e/ou o acesso a recursos para executar nossa estratégia de crescimento;
- **provisões técnicas de seguros e recursos de previdência:** que a depender da evolução da crise podem ser impactadas de forma negativa dado o possível aumento no nível de sinistros, principalmente no segmento “vida” e uma maior frequência dos segurados de “saúde” com a maior utilização de hospitais, além disto, podemos incorrer em maiores demandas de resgates antecipados dos recursos dos participantes de previdência, o que impactaria nossas receitas com taxa de gestão destes recursos; e
- **provisões cíveis e trabalhistas:** o número de ações processuais pode aumentar em reclamações contrárias relacionadas à empresas terceirizadas que venham a falir e sejamos acionados como corresponsáveis nestas ações na esfera trabalhista. Já na esfera cível, possivelmente podemos incorrer em um maior volume de processos, principalmente envolvendo revisões e renovações contratuais.

Nossas atividades estão em plena capacidade operacional e, desde o início da pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Instauramos um comitê de crise formado pelo Diretor-Presidente, todos os Vice-Presidentes e pelo CRO (*Chief Risk Officer*), que reúne-se diariamente e reporta, periodicamente, ao Conselho de Administração, as avaliações sobre a evolução do Covid-19 e seus reflexos nas operações. Além disso, temos uma Comissão de Riscos, que tem papel importante na verificação de vários pontos e alcances dessas ações na Organização. Acionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), e desde a segunda quinzena de março de 2020, intensificamos as ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos envolvidos, das quais destacam-se:

- dispensa de funcionários do grupo de risco por tempo indeterminado;
- intensificação do trabalho em home office, com cerca de 90% de nossos funcionários da matriz e escritórios e 50% dos funcionários de agências trabalhando em casa;
- definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19;
- intensificação da comunicação junto às nossas agências, com orientações aos nossos clientes e funcionários sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento;
- disponibilização de testes de Covid-19 para todos os colaboradores gratuitamente; e
- antecipação da vacina contra gripe para todos os colaboradores e dependentes.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos e, além disso, monitorar de forma ativa os cenários econômicos (nacional e internacional), bem como a evolução da pandemia do Covid-19, sem medir esforços para manter a plenitude de nossas operações, atendimento à população e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial**

Oferecemos linhas de crédito emergenciais às empresas, como por exemplo recursos para financiamento de folhas de pagamento, bem como a prorrogação de parcelas de operações de crédito à pessoas físicas as quais os montantes envolvidos, até a data da aprovação destas demonstrações contábeis, foram imateriais.

As mensurações dos impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia continuarão sendo apuradas, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia, uma vez que, sua duração ou agravamento ainda não podem ser previstos, o que pode continuar impactando adversamente a economia global e local por tempo indeterminado, o que afeta negativamente o resultado das instituições financeiras e consequentemente o desempenho de nossas operações.

- g) O Banco Bradesco comunicou ao mercado, em 06 de maio de 2019, a celebração do contrato de compra de ações com os acionistas controladores do BAC Flórida Bank ("BAC Florida"), banco que oferece a 45 anos diversos serviços financeiros nos Estados Unidos, com destaque para pessoas físicas de alta renda não-residentes. O Bradesco assumirá as operações do BAC Flórida com o objetivo principal de ampliar a oferta de investimentos nos Estados Unidos aos seus clientes de alta renda Prime e Private Bank, além de outros serviços bancários, como conta corrente, cartão de crédito e financiamento imobiliário, bem como a oportunidade da expansão de negócios relacionados a clientes corporativos e institucionais. A aquisição custará aproximadamente US\$500 milhões.

Em 10 de setembro de 2019, o Banco Central autorizou o Bradesco a: (i) participar em até 100% do capital do BAC Florida Bank e de suas subsidiárias – a corretora de títulos BAC Florida Investments Corp. e as sociedades não financeiras BAC Global Advisors Inc., 5551 Luckett Road, Inc. e Representaciones Administrativas Internacionales S.A., essa última localizada na Guatemala e as demais localizadas nos EUA; e (ii) participar temporariamente do capital de uma sociedade holding a ser constituída nos EUA, a qual deverá ser extinta no bojo de reorganização societária (merger) a ser conduzida para possibilitar que o Banco Bradesco S.A. seja detentor de 100% das ações representativas do capital do BAC Florida Bank. A conclusão da operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes norte americanos e ao cumprimento das formalidades legais.

- h) Em 15 de janeiro de 2020, o Banco Bradesco comunicou que efetivou a alienação da totalidade da participação acionária detida no capital da Chain Serviços e Contact Center S.A. ("Chain") para a Almayva do Brasil Telemarketing e Informática S.A..
- i) Em 27 de janeiro de 2020, o Bradesco emitiu US\$ 1,6 bilhão de notas sêniores no mercado internacional, composta de duas tranches de US\$ 800 milhões, com vencimentos para janeiro de 2023 e janeiro de 2025, com remuneração a taxas fixas de 2,85% e 3,20% a.a., respectivamente.

Marcelo Santos Dall'Occo  
Contador - CRC 1SP160641/O-4

---

## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

Aos  
Acionistas e ao Conselho de Administração do  
Banco Bradesco S.A.  
Osasco - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de Junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional "CMN" e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Bradesco em 30 de Junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Bradesco foram elaboradas pela Administração do Bradesco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e e 9, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas é de R\$ 43.087.636 mil, o Bradesco classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito,

## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Bradesco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Bradesco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Bradesco quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia do Covid-19, inerentes à determinação da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa devido à complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“*ratings*”) dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Adicionalmente, avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pelo Bradesco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias e premissas utilizadas para as provisões genérica e complementar, que incluem a avaliação do Bradesco quanto aos impactos gerados pela pandemia do Covid-19. Analisamos, por amostragem, o cálculo aritmético, incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 3e e 9.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

### **Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários**

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3d, 7, 8 e 36a, os instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 26.420.948 mil (ativo) e R\$ (21.456.169) mil (passivo), e os títulos e valores mobiliários totalizam R\$ 315.725.905 mil. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração. Os ativos financeiros classificados na categoria “Disponíveis para venda” e “Mantidos até o vencimento” também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação considerando as metodologias e premissas utilizados. Desta forma, devido ao alto nível de julgamento, acentuado pelo atual estado de pandemia em razão do Covid-19, na mensuração do valor de mercado e na avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável desses instrumentos financeiros, consideramos como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chaves implementados pelo Bradesco para mitigar o risco de distorção significativa nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de incertezas na mensuração do valor de mercado e nos indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos instrumentos financeiros. Para uma amostra de instrumentos financeiros, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo Bradesco para a

---

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

determinação dos valores de mercado, com o uso de parâmetros independentes para a sua precificação. Consideramos também, a avaliação do Bradesco dos eventuais efeitos em suas metodologias e premissas, atrelados ao atual cenário de pandemia em razão do Covid-19 e possíveis reflexos nas mensurações. Adicionalmente, recalculamos, por amostragem, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, bem como analisamos as políticas e os critérios referentes a indicadores de evidência de perda do valor recuperável. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas notas explicativas nº 3d, 7, 8 e 36a.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

**Avaliação da mensuração nas provisões e nas divulgações dos passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3m e 21, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis consolidadas nos montantes de R\$ 7.213.293 mil, R\$ 7.251.616 mil e R\$ 6.613.664 mil, respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto a mensuração no reconhecimento ou na divulgação das provisões ou dos passivos contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento significativo do Bradesco. Devido à relevância, complexidade e nível de julgamento utilizados na avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, bem como aos aspectos relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Testamos a avaliação realizada pelo Bradesco sobre a suficiência das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação das principais premissas utilizadas, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos do Bradesco, bem como dados e informações históricas. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas de impostos, testamos a determinação da probabilidade de perda, a documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo o Bradesco. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis quanto aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que o Bradesco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal, cível e trabalhista, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

**Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 86.012.759 mil (nota explicativa nº 35c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios. Conforme descrito na nota explicativa nº 3f, o Bradesco avalia no mínimo, quando da elaboração dos balanços semestrais, os métodos e as premissas utilizados na estimativa de lucros tributáveis e de taxas de crescimento. Devido ao grau de julgamento inerente aos métodos e premissas utilizados na estimativa de lucros tributáveis futuros, especialmente acentuado pelos possíveis efeitos na conjuntura econômica resultantes da pandemia do Covid-19 e ao potencial impacto que eventuais mudanças nesse cenário poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados com a avaliação realizada pelo Bradesco sobre a

---

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

expectativa de realização dos créditos tributários. Testamos a razoabilidade e consistência dos métodos e premissas utilizados na preparação dos estudos técnicos e na avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários, bem como, a avaliação feita pelo Bradesco dos eventuais efeitos na conjuntura econômica resultantes da pandemia do Covid-19 em suas projeções de resultados tributáveis futuros. Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

**Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos intangíveis, que compreendem os ágios de aquisições de investimentos no valor de R\$ 4.047.259 mil e outros ativos intangíveis no valor de R\$ 4.328.504 (nota explicativa nº 13) cuja realização está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco, em relação as Unidades Geradoras de Caixa “UGCs”, que estão suportadas por premissas econômicas e de negócios. Conforme descrito nas notas explicativas nº 3g e 3i, o Bradesco avalia, no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável, as premissas e estimativas de rentabilidade das UGCs, a que ágios e ativos intangíveis estão alocados, incluindo as taxas de crescimento, as taxas de desconto e as projeções de fluxo de caixa, bem como a existência de indicativos de perda do valor recuperável desses ativos. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas premissas, agravado pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19 e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar nas demonstrações contábeis consolidadas consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados com a avaliação realizada pelo Bradesco de indicativos de perda do valor recuperável destes ativos intangíveis. Com base em amostragem, avaliamos com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas na preparação dessa avaliação, bem como a análise feita pelo Bradesco dos impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19 em suas projeções de resultados futuros das UGCs. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas em relação a esse assunto.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

**Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 11, o Bradesco possui investimentos em empresas controladas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, as quais possuem passivos relacionados a contratos de seguros e previdência denominados “provisões técnicas”, no montante de R\$ 266.105.613 mil, que inclui, entre outras, as seguintes provisões: provisão de sinistros a liquidar e IBNR no montante de R\$ 9.680.604 mil, provisão matemática de benefícios a conceder – seguros, no montante de R\$ 1.574.454 mil, provisão matemática de benefícios concedidos – seguros, no montante de R\$ 484.187 mil, provisão para insuficiência de prêmios no montante de R\$ 2.165.942 mil, provisão de despesas relacionadas no montante de R\$ 716.213 mil e outras provisões técnicas no montante de R\$ 1.647.054 mil. O reconhecimento de tais provisões, bem como o teste de adequação de passivos, requerem julgamento do Bradesco na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, experiência histórica de sinistros, longevidade, persistência, taxas de juros e custos médicos. Devido à relevância dessas provisões técnicas, ao julgamento envolvido na determinação das metodologias e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo das provisões técnicas e do teste de adequação de passivos, bem como os efeitos do estado de pandemia em razão do Covid-19 poderiam causar no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

---

## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com os processos de determinação da mensuração das provisões técnicas identificadas acima e do teste de adequação de passivos. Com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, testamos as metodologias e a razoabilidade das premissas, tais como experiência histórica de sinistros, longevidade, persistência, taxas de juros e custos médicos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas e do teste de adequação de passivos, bem como o julgamento sobre os eventuais impactos gerados pela pandemia do Covid-19 em tais premissas. Efetuamos recálculo, por amostragem, das provisões técnicas e do teste de adequação de passivos. Testamos as bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelo auditor das controladas, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o nível de provisionamento e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findo em 30 de junho de 2020.

### **Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação**

O ambiente de tecnologia do Bradesco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Bradesco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente objetivam assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função da elevada dependência do Bradesco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Analisamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos, efetuamos testes, com base em amostragem, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram, também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

### **Outros Assuntos**

O Bradesco elaborou um conjunto de demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de Junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 29 de Julho de 2020.



## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentada como informação suplementar em relação aos procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 30 de outubro de 2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração consolidada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional “CMN” e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Bradesco.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 27 de Agosto de 2020.



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-028567/F

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2

(Esta página foi deixada em branco propositalmente)



**bradesco**